



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de  
Florestas e demais Formações Vegetacionais –  
CTFlor.**

Brasília/DF.  
21 de Novembro de 2017.

(Transcrição *ipsis verbis*)  
Empresa ProiXL Estenotipia

1 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Gente bom dia. Eu peço  
2 desculpas pelo atraso por duas razões, a gente acaba de chegar da reunião da  
3 COP e a eterna insatisfação da gente né? Quando não chove a gente reclama,  
4 quando chove reclama também né, então o trânsito estava muito ruim e eu  
5 acabei me atrasando um pouco. Eu não sei se depois, eu queria ver se há  
6 chance no final do dia fazer o relato da participação da gente na COP que foi a  
7 primeira participação do setor florestal, do serviço florestal brasileiro em 23  
8 anos de COP, tivemos um espaço muito importante lá, depois eu queria fazer  
9 um relato que com a ABEMA foi muito boa a dobradinha que nós fizemos lá  
10 para mostrar que não tem... O que nós estamos fazendo aqui é uma discussão  
11 de clima que tem necessariamente que passar também pela discussão de  
12 floresta, então acho que essa coisa tá começando a ficar mais clara. Bom,  
13 antes de dar início a reunião eu fiquei sabendo de uma questão de ordem que  
14 o membro da CNA, o João, queria fazer a respeito do biênio, do tempo de...  
15 (interrompido). Mas tem uma questão formal que a gente precisa discutir. A  
16 última reunião dessa Câmara infelizmente foi em 2015, e me parece que há  
17 uma questão no Regimento que passado 2 anos sem reunião haveria que ter  
18 uma reeleição da presidência que deveria acontecer em março de 2018, então  
19 nós temos um impasse aí de encaminhamento que eu queria ouvir de vocês  
20 como que a gente resolve, nós temos a ideia de que nessa reunião agora nós  
21 faríamos uma coordenação, CONAMA e serviço florestal brasileiro, mas quero  
22 ouvir os senhores a respeito disso para que a gente não tome nenhum  
23 encaminhamento que depois possa ser questionado pelo Plenário. Pois não,  
24 João.

25  
26  
27 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – CNA.  
28 Também tem no Regimento dizendo que não havendo presidente eleito,  
29 podemos assim dizer, a gente pode fazer eleição para esta Câmara Técnica,  
30 para esta reunião.

31  
32  
33 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Esse encaminhamento a  
34 gente tem que ter um certo cuidado para que depois qualquer posição  
35 assumida por nós não seja questionada em plenário como sendo uma posição  
36 inconsistente ou sem subsistência dentro do Regimento. Gostaria de ouvi-los.  
37 Caron.

38  
39  
40 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL)** – Marcílio Caron.  
41 Setor Florestal. Apenas do seu atraso, que é grave, o camarada vim dizer que  
42 choveu e porque o trânsito estava ruim... Levanta mais cedo.

43  
44  
45 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Quem chegou 2:50 da manhã  
46 era melhor não ter dormido.

49 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL)** – Mas o meu  
50 encaminhamento e eu acho que os demais colegas Conselheiros ao de  
51 concordar, eu acredito que nós deveríamos... A próxima mudança é em março  
52 do ano que vem, não é isso?

53

54

55 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Isso.

56

57

58 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL)** – Eu acredito que  
59 permanecerá da maneira como estamos, o serviço florestal na coordenação e  
60 para o ano que vem a gente faria as eleições em tempo correto. Até porque o  
61 assunto hoje, os assuntos pertinentes, a questão florestal estão diretamente  
62 relacionados com o serviço florestal brasileiro e na sua condução está em boas  
63 mãos. Esse é o encaminhamento que eu gostaria de dar.

64

65

66 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado. Eu só queria ver  
67 com a Adriana, talvez se a Adriana pudesse nos ajudar se nesse arranjo, se for  
68 um arranjo consensual a gente vai submeter a vocês, se há prejuízo com  
69 relação a alguma tomada de decisão parte da Câmara?

70

71

72 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARIM (DConama/MMA)** – Não. Entendo que não  
73 tenha problema nenhum. Esse assunto tinha que ter sido trazido realmente, na  
74 medida em que não tinha nenhuma reunião neste biênio 16 e 17. Então a  
75 coordenação para essa reunião fica bem assim, o ano que, agora passada a  
76 plenária a gente já vai mandar um ofício para todos os segmentos falando da  
77 renovação, e a próxima reunião dessa Câmara terá que haver a eleição para a  
78 presidência. Está bem assim.

79

80

81 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Consulto aos senhores  
82 membros da câmara se essa decisão pode ser encaminhada para a  
83 aprovação? Mato Grosso quer falar? Ok. Não havendo nenhuma manifestação  
84 considero aprovado esse encaminhamento. Também acho que nos últimos  
85 pontos de pauta a gente pode colocar também alguma estratégia de como  
86 aquecer essa Câmara Técnica de floresta, eu acho que as coisas florestais  
87 estão sendo encaminhadas muito alheias ao CONAMA quando o CONAMA  
88 pode ser um espaço de Plenário importante para gente aprovar normas infra  
89 legais que possam viabilizar especialmente ações operacionais do setor  
90 florestal brasileiro. O CONAMA durante muito tempo ficou, ainda está muito  
91 tempo gastando energia no meu entender com licenciamento, com uma série  
92 de matéria dos Estados, mas na área florestal a gente não teve ainda uma  
93 participação mais plena ou mais contundente do que a Câmara Técnica  
94 florestal pensa em levar ao CONAMA, eu acho que no final da reunião além do  
95 informe que eu gostaria de fazer rapidamente da COP a gente poderia montar  
96 uma estratégia de que assuntos ou que temas que a gente poderia trazer para  
97 essa Câmara para não haver esse vazio constatado agora de passar 2 anos

98 sem ter a reunião da Câmara, que acaba de uma certa forma desvalorizando  
99 os assuntos florestais dentro do CONAMA, no meu ponto de vista.

100

101

102 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (SETOR FLORESTAL)** – Eu fiz um esforço,  
103 um esforço muito grande quando se discutiu a atualização do CONAMA no  
104 Regimento interno, para que essa Câmara permanecesse. Acontece o  
105 seguinte, muitos assuntos que poderiam tramitar na Câmara de florestas  
106 acabam tramitando na Câmara de biodiversidade, então o problema está  
107 dentro do D CONAMA no momento de dar o direcionamento do assunto. Isso  
108 já, inclusive já conversei, já conversamos não é Adriana? Se dá o  
109 direcionamento para a biodiversidade e se sai dessa discussão da Câmara  
110 Florestal que tem uma importância muito grande. Então eu acredito que se nós  
111 olharmos com mais detalhes e com mais eficácia em cima dos assuntos que  
112 estão aí e alimentar a Câmara de florestas eu acho que a gente... Porque não  
113 tendo pauta, acontece isso, nós ficamos aí 2 a 3 anos sem ter atividade  
114 nenhuma.

115

116

117 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – E aí eu acho que vale  
118 ressaltar a última observação. Que a visão da Câmara de biodiversidade ela  
119 tende a ser mais preservacionista, não é que ela esteja equivocada eu acho  
120 que aqui a nossa visão, o nosso dia a dia, tem uma visão mais  
121 conservacionista, é uma visão de que pode sim se conservar usando. Usando  
122 de maneira sustentável. Então eu acho que é importante nesse momento  
123 especialmente, de virada de ano que a gente tenha essa preocupação dentro  
124 do D CONAMA e que a gente possa dar um outro olhar complementar ou  
125 estrutural à esses temas que estão sendo encaminhados para a Câmara de  
126 biodiversidade. Bom, eu queria combinar com vocês a regra de convivência, eu  
127 entendo que na primeira... A primeira deveríamos ouvir a proposta dos  
128 Estados, gostaria de registrar todos que não estavam presentes na reunião do  
129 CONAMA que isso foi, digamos um encaminhamento consensuado, porque o  
130 Regimento permitiria a aprovação ou não de uma resolução em regime de  
131 urgência durante o plenário, eu estava presidindo a reunião e me senti em  
132 conflito de interesses, sendo presidente da Câmara Técnica de florestas e  
133 presidente em exercício do CONAMA, ter que fazer uma defesa contrária a  
134 proposição da ABEMA de uma forma intempestiva que poderia levar uma não  
135 análise, mais calma, mais gradual e mais serena da proposta da ABEMA.  
136 Então a gente entendeu que o melhor espaço era aqui para que não houvesse  
137 um debate ou oposição extremada, sem conhecimento das causas, das partes,  
138 durante o plenário, que poderia levar o plenário a uma decisão de que está  
139 aprovado e está aprovado e aí nós perderíamos a oportunidade rica da  
140 participação do IBAMA, do serviço florestal brasileiro e de todos os envolvidos  
141 em ver e conhecer a proposta da ABEMA e de fato contribuir para que a gente  
142 possa levar ao plenário um encaminhamento mais consolidado já que, passaria  
143 por uma revisão de uma decisão do Plenário, de uma resolução já aprovada.  
144 Então eu acho que é o primeiro ponto de pauta seria a apresentação, acho que  
145 o Justiniano que iria apresentar não é Justiniano? Dos pontos específicos de  
146 solicitação da ABEMA de alteração já que a gente reconhece desde a última

147 reunião da Câmara que a resolução trouxe uma série de avanços nessa  
148 matéria, quer dizer ela não tem só problemas, na verdade, 90%, 95% dessa  
149 resolução ela foi atendendo as reivindicações do setor e a gente tá muito  
150 confortável com isso. Depois nós passaríamos se for o caso, para uma rodada  
151 de falas ou de contribuições a proposição da ABEMA e aí ouviríamos a parte  
152 que fez a proposição da resolução que seria o IBAMA, em conjunto com  
153 serviço florestal brasileiro e aí tiraríamos o encaminhamento do que vamos  
154 fazer com essa proposta e eu só queria ressaltar que em algum momento a  
155 gente vai ter que reduzir um pouco a ansiedade de solução em função dos  
156 prazos, para não correr esse risco de chegarmos lá com a proposta que possa  
157 vir aparecer um retrocesso e não um consenso e termos aí uma ação refratária  
158 sem o devido conhecimento de causa. Está ok? Então eu vou pedir ao Dr.  
159 Justiniano, por gentileza, que fizesse a apresentação da proposta da ABEMA,  
160 focando claramente qual é a reivindicação e qual é o tema que está sob  
161 discussão. Muito obrigado Justiniano, bom te ver de novo.

162  
163

164 **O SR. JUSTINIANO QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes) –**  
165 Prazer todo meu. Obrigado. Tenho notícias extremamente positivas lá da COP  
166 também, ao final você vai relatar, teve uns eventos dos Estados o Amazon  
167 Bom né, eu fiz parte do comitê organizador, o serviço florestal foi devidamente  
168 inserido lá nos painéis, porque eu acho importante a gente divulgar também as  
169 concessões, é importante não apenas para a conservação da nossa floresta  
170 como para a economia da Amazônia como um todo. Queria registrar então,  
171 agradeço. Vou me apresentar, sou Justiniano Neto, eu estou Secretário de  
172 Estado no Estado do Pará do programa Municípios Verdes, ele é um programa  
173 que trabalha com a gestão ambiental municipal, está vinculado à Secretaria de  
174 Meio Ambiente, o secretário Luiz Fernandez que é o titular da SEMAS, da  
175 secretaria, e membro titular do CONAMA, e presidente do Fórum dos  
176 secretários de meio ambiente da Amazônia, que faz parte da ABEMA me pediu  
177 para representá-lo na reunião assim como eu representei na última reunião do  
178 CONAMA que trouxe o tema em pauta, queria só registrar a presença também  
179 da Rose Chaves que é a coordenadora de licenciamento ambiental da SEMAS,  
180 a Rose é quem faz toda a análise, ela e seus técnicos dos estudos de  
181 coeficiente de rendimento volumétrico e também a presença do Ex-reitor da  
182 Universidade Federal Rural da Amazônia, o professor Suelo Numazawa, está  
183 aqui conosco. O professor Suelo além de um estudioso no assunto, já teve  
184 várias publicações e pesquisas e a fundação da Universidade tem sido muito  
185 procurada pelas empresas para fazer a elaboração de estudos, então ele tem o  
186 conhecimento não apenas acadêmico, mas prático e a atualíssimo né, tanto de  
187 pesquisas feita ao longo de toda sua vida como bastante atuais que têm sido  
188 apresentadas, inclusive ao órgão ambiental. Bem, vamos lá. A proposta...  
189 Vamos... Pode passar o slide. Então vamos tentar contextualizar, bem a  
190 resolução 474 de 2016, alterou a resolução 411 como o Deusdará falou aqui  
191 nós reconhecemos nela uma série de avanços né, importantes para a gestão  
192 ambiental e o próprio setor florestal em contato com a CNI com o Fórum  
193 Nacional das atividades florestais reconhecem esses avanço, porém tem um  
194 ponto, um aspecto da Resolução que tem causado bastante polêmica e tem  
195 merecido ensejar uma melhor análise dos Estados após a implantação da

196 Resolução que nós temos aí mais ou menos 6 meses de implementada, então  
197 foi nesse sentido a provocação do Fórum dos secretários perante o CONAMA,  
198 esse aspecto tem está ligado especificamente a alteração promovida pela  
199 Resolução que muda o percentual de rendimento da Tora/Torete para a  
200 madeira serrada diminuindo de 45 para 35% a Resolução 411 na primeira  
201 versão dela estabelecida 45% de rendimento e a 474 reduziu para 35% né.  
202 Essa redução não passou pela análise dessa Câmara Técnica florestal,  
203 tampouco creio eu aí o Mário Cardoso que conhece bem a tramitação pela  
204 CTAJ, ela foi uma emenda de Plenário, embora seguida depois de 4 ou 5  
205 reuniões com os setores interessados do CONAMA. Sucede o que? Que os  
206 estudos até então apresentados ou aprovados pelos órgãos ambientais e  
207 estaduais e nós já devíamos ter hoje uma faixa de uns 500 estudos na  
208 Amazônia analisados e aprovados demonstram que a média é bastante  
209 superior aos 35% previstos na resolução 474. Então... Pode passar. Aí a gente  
210 traz alguns exemplos, então, por exemplo, aqui a gente trouxe o caso do  
211 Estado do Pará a gente apresenta um breve estudo feito pelo professor  
212 Numazawa com o professor Sabá Carvalho, aonde ele coloca e classifica, ele  
213 foi feito em 8 serrarias, trabalhando com 14 espécies e ele classifica essas  
214 serrarias em 3 tipos. A tipo 1 que é a serraria convencional, que é aquela  
215 primeira lá fluxo 1, que tem a serra fita, a canteadeira que é a serra circular,  
216 que trabalha a largura das peças da madeira e a destopadeira que trabalha o  
217 topo. Então nessa que é o padrão comum de serrarias na Amazônia, o índice  
218 encontrado foi de 47%, tem lá os intervalos de confiança né. O tipo 2 e 3 já são  
219 indústrias que fazem um aproveitamento melhor, tem um fluxo mais elaborado,  
220 mais maquinado e aí o índice é bem superior, próximo dos 60%. Depois eu vou  
221 passar, se me permitirem, a palavra para a Rose, ela pode mencionar os dados  
222 dos 10 estudos já aprovados pelo Pará. O Pará teve cerca de 80 a 90 estudos  
223 apresentados, com bastante rigor está fazendo, a boa parte dele foi indeferido,  
224 e os que foram aprovados mostram que realmente o índice é bastante superior.  
225 Vamos lá, então pode passar. O Estado do Acre e do Mato Grosso. O Estado  
226 do Acre ele tem 16 empresas, tem poucas empresas florestais lá, 4 estudos  
227 aprovados até mês de agosto, não sei se teve algum novo de lá para cá, a  
228 média dos estudos aprovados que os estudos foram feitos em parceria com a  
229 Universidade Federal do Acre, média de 55%. No Estado do Mato Grosso os  
230 dados que nos foram repassados pela Mauren que está aqui também conosco  
231 e depois pode complementar a fala, tem 773 empresas ativas, até agosto 406  
232 estudos apresentados, cerca de 300 aprovados 299 e a média superior a 45%.  
233 Nós juntamos a esse processo uns 4 ou 5 laudos meramente exemplificativos,  
234 todos os dados que a gente traz são exemplificativos para trazer essa  
235 percepção dos estados, o que a gente quer mostrar aqui é essa percepção, e  
236 os laudos que nós apresentamos no Mato Grosso que a Mauren nos repassou  
237 são da faixa de 55%, 59% alguns 60% eu me lembro do Cambarás, Cedrinho,  
238 algumas madeiras chegam até a 60% espécie né, não grupo de espécie. Ok?  
239 Pode passar. O Estado de Rondônia, 356 empresas, 69 estudos, apenas 2  
240 aprovados, então mostra também uma dificuldade operacional dos órgãos que  
241 sofrem com os efeitos fiscais, com o quadro do pessoal deficiente de  
242 receberam uma nova missão agora que é a análise e aprovação dos estudos  
243 técnicos e ter que encaixar isso na sua rotina operacional. Não é fácil né?  
244 Então muitos estados a gente ver, quase 70 estudos apresentados, só 2

245 aprovados, a dificuldade que eles têm de analisar, de ir à campo, de aprovar,  
246 de fazer a inspeção. Então a gente ressalta isso também no ofício. No  
247 Amazônia 179 empresas, só 8 estudos aprovados, 4 no prazo apenas, então  
248 um outro aspecto além da dificuldade por vezes dos órgãos ambientais de  
249 assimilar essa nova demanda, também houve uma baixa resposta das  
250 empresas, a gente teve numa média otimista cerca de 20% das empresas  
251 apresentando estudos. Então se os estudos apresentados demonstram que a  
252 média padrão é superior aos 35 a gente pode estar colocando essas empresas  
253 também numa situação querendo evitar a ilegalidade eu aumento a  
254 clandestinidade. Pode passar. Então esse aspecto eu já coloquei, que não  
255 passou pelas Câmaras Técnicas do CONAMA, foi uma proposta de emenda  
256 pelo IBAMA, embora baseada em literatura técnica científica e dados da  
257 concessão da Flona do Jamari. Os estudos técnicos apresentados e aprovados  
258 indicam que o rendimento médio de 35% não reflete a realidade técnica e fática  
259 dos empreendimentos florestais, com base no que nós estamos tendo de  
260 estudo em campo, então é essa informação que nós achamos importante em  
261 debate trazer para o CONAMA, e falar olha os estudos que estão vindo de  
262 campo e que estão sendo apreciados e aprovados mostram que 35% corre o  
263 risco de sub registro, então tão ruim quanto você subestimar o rendimento e ter  
264 como efeito, como reflexo, o crédito excedente, esse crédito ilegal no sistema  
265 que é o argumento utilizado pelo IBAMA e pelo MMA e que nós consideramos  
266 obviamente, não há da parte dos Estados nenhuma tentativa de afrouxamento,  
267 mas também é ruim se nós tivermos trabalhando com sub registro, se não for  
268 35 e for 40, 42, quer dizer, se a média Real não for essa eu também estou  
269 tendo a empresa produzindo né, não recebendo crédito e ficando com o  
270 estoque ilegal. E como é que ela vai suprir esse estoque ilegal? Aí ela vai virar  
271 uma candidata a comprar crédito no mercado. Então quer dizer, a regulação  
272 ela é algo assim que a calibragem tem uma sintonia fina que precisa ser feita  
273 com muito cuidado. Então é isso que nós queremos chamar a atenção, diante  
274 disso, nós propomos em regime de urgência a alteração do artigo sétimo e qual  
275 foi a proposta dos Estados? Pode passar. A nossa proposta não é revogar, não  
276 é acabar com 35 ou 45, o que nós propusemos foi: Adiar por mais um ano,  
277 para até agosto de 2018 o início da vigência da Resolução, é bem de ver que  
278 ela tinha começado a vigorar em maio, nós estávamos em agosto, quer dizer, 3  
279 meses depois nós falamos olha, os sinais que nós estamos recebendo de  
280 campo já demonstram que o 35 pode estar errado, os sinais de campo. Então a  
281 gente propunha, vamos estabelecer o prazo mais um ano, quer dizer, ela  
282 vigorou esse índice de 45 de 2009 a 2017, então vamos vigorar por mais um  
283 ano e nesse intervalo de tempo, nesse um ano, as Câmaras Técnicas  
284 competentes do CONAMA em especial a de florestas baixam em diligência e  
285 faz o acompanhamento nos órgãos ambientais, o contato com as  
286 Universidades para a gente tentar aproximar o índice mais próximo possível da  
287 realidade, por quê? Porque se o meu índice de referência por um índice  
288 nivelado por baixo, digamos, não é 35, e digamos que a média seja 40 ou 42,  
289 como a gente tem estudos na literatura científica apresentada pelo IBAMA que  
290 você pega os estudos que tem a maior parte de serrarias analisadas, tem o  
291 estudo de serviço florestal brasileiro junto com o Imazon que é de 2012/2013  
292 ele dá um índice de 41%, 2.226 empresas, então espera aí, não é 35. Então eu  
293 não sei se foi feita uma média ponderada ou média linear na proposta do

294 IBAMA, então se não for 35 e for 41, eu tenho um descompasso, então eu  
295 nivelando por baixo eu vou obrigar que mais empresas apresentem ao órgão  
296 ambiental o estudo para trazer o seu nível de rendimento para a realidade.  
297 Embora isso seja desejável né, eu tenho que procurar calibrar na média, quer  
298 dizer, se não eu vou estar obrigando a um esforço, um curso desnecessário  
299 das empresas, e é um esforço desnecessário por parte do órgão ambiental,  
300 então está bom, eu vou analisar o caso do Pará, tem 330 mais ou menos,  
301 empresas ativas, quer dizer, eu vou ter que analisar as 330 para depois  
302 constatar o óbvio, que o índice realmente é maior que os 45%? Então a gente  
303 quer partir... Se nós já temos estudos suficientes, amostras suficientes atuais  
304 que demonstram o que padrão não é 35, é isso que a gente quis trazer para o  
305 CONAMA. Então a nossa ideia era isso, que até o prazo previsto os estudos de  
306 coeficiente, incluído já apresentados e aprovados fossem avaliados e  
307 considerados pelas Câmaras Técnicas podendo resultar na revisão, pode não  
308 resultar, pode chegar ao final desse período que nós propusemos aqui de  
309 adiamento do vigor da Resolução e falar “não é 35 mesmo” ou é 40 ou é 42 ou  
310 é 45, então nós não queremos fazer do 35, 45 uma disputa de posições, ao  
311 contrário, a gente trouxe um elemento de que os estudos estão dando outros  
312 sinais para a gente, e que um parecer conclusivo sobre os estudos deveria ser  
313 apresentado ao Plenário do CONAMA em até 60 dias, também sugerimos a  
314 inclusão de um parágrafo sexto que fosse muito claro que os órgãos  
315 ambientais estaduais poderiam estabelecer as medidas transitórias e talvez  
316 indo até além, tratar os casos omissos, para a adoção do novo CRV e  
317 cumprimento dessa Resolução, o que a resolução 474 tratou a título de  
318 transição é absolutamente insuficiente, basicamente ela diz que os Estados  
319 teriam 60 dias após a Resolução que disciplinar a metodologia de análise, 45  
320 dias, os procedimentos de análise, e isso é totalmente diferente de casos  
321 omissos, quer dizer, não me permite nenhum tipo de inovação ou de  
322 customização para a minha realidade regional. Vamos lá, vamos passar. Então  
323 isso foi o que nós propusemos na Resolução, eu quero trazer para o Plenário  
324 agora deste conselho, outros aspectos importantes, já tendo o conhecimento  
325 do parecer do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente e os Estados têm  
326 absoluto respeito à essas posições, e novamente reafirmando, não há nenhum  
327 interesse dos Estados de afrouxar a legislação, mas o que nós queremos é  
328 calibrar de modo a ser o mais coerente possível nos nossos estudos, alguns  
329 aspectos omissos e transitórios que nós achamos que é tão importante quanto  
330 o debate do 35 e 45, eles devem ser apreciados, por exemplo, autonomia dos  
331 Estados para a implementação da Resolução, a Resolução 474 ou uma norma  
332 que vem alterar precisa ser clara em relação a isso, e não é. A gente tem  
333 trabalhado com a ideia de estabelecer faixas de rendimento, mesmo a  
334 Resolução quando eu aprovo o estudo eu estabeleço um índice estanque,  
335 digamos 52% pronto, que vem do intervalo de confiança de 45 a 56, então uma  
336 das ideias dos estados é a gente poder estabelecer nos nossos sistemas de  
337 rendimento, sobretudo aqueles que têm sistemas próprios, faixa de rendimento,  
338 então o estudo foi aprovado e deu 52 eu vou estabelecer um banda, um piso  
339 de 45 até 56 conforme o intervalo de confiança do estudo, e deixa a empresa  
340 trabalhar naquela banda, no máximo, no mínimo, conforme o real  
341 aproveitamento que ela tiver no momento da conversão, por quê? Porque o  
342 mercado varia, a qualidade da madeira varia, você tem um conjunto de

343 variáveis que vão alterar esse índice então nós queremos trazer essa invasão,  
344 que a resolução permita que os Estados trabalhem em bandas, eu acho que  
345 isso destensiona também essa discussão, porque todo índice estanque seja  
346 35, 45 ou 52 ele é errado, ele fatalmente é errado. A empresa vai ter que fazer  
347 algum malabarismo na hora para fazer esse estoque bater, então se ele tiver  
348 flexibilidade de trabalhar entre o mínimo e o máximo, se tiver de fato um bom  
349 controle, uma boa organização, ele vai ter o estoque dele realmente preciso, a  
350 gente sabe que existe uma tolerância de 10% conferência do estoque, no  
351 momento da fiscalização, mas ao longo do tempo se esses percentuais para  
352 cima ou para baixo se acumularem a gente pode ter problema. Uma outra  
353 proposta, uma outra possibilidade é o procedimento da adoção imediata  
354 provisória de 45% na apresentação do estudo e na validação teórica dele,  
355 sendo que daí nós estabeleceríamos que ele seria seguido da inspeção  
356 industrial em no máximo até 180 dias, explicar isso daí que é um ponto  
357 importante e talvez venha a ser uma solução, um distensionamento. A  
358 resolução 411, ela dizia que o índice de rendimento poderia ser alterado com  
359 adoção imediata do órgão ambiental na apresentação do estudo. Esse texto  
360 permaneceu até a passagem da Resolução 474 pelo Plenário pela Câmara de  
361 floresta que não discutiu a mudança do índice, a mudança do índice foi só na  
362 Plenária, esse texto, quando chegou na CTAJ mudou, tirou e suprimiu a  
363 adoção imediata e colocou “validação do órgão ambiental”. Uma questão que a  
364 Rose tem trazido e depois ela vai explorar melhor, ela falou olha o que é essa  
365 validação? A validação é a validação teórica e a inspeção em campo, porque a  
366 gente faz a inspeção em campo, ou eu posso fazer só a validação teórica e já  
367 poder adoçar o índice ainda que, não definitivo, mas pelo menos o provisório,  
368 porque daí você já distensiona, porque a inspeção demora diária, plano de  
369 viagem, por exemplo, quem entrar com o estudo agora certamente só vai poder  
370 ser vistoriado pela gente lá a partir de fevereiro, porque 15 de dezembro fecha  
371 o orçamento e a gente só tem orçamento em fevereiro para pagar diária do  
372 técnico, e se a gente tiver 30 estudos para analisar vai ter uma fila, mas o  
373 modelo teórico ela rejeita muita coisa no momento da análise teórica, da  
374 inconsistência estatística, ela vai falar depois. Então a gente quer poder ter  
375 essa autonomia para poder customizar, para poder definir esses procedimentos  
376 de análise e fazer o filtro daquele que não apresentou estudo, que o estudo  
377 veio completamente infundado, mas não permitir que uma empresa  
378 concessionária, por vez, com certificação florestal FSC ou outra que valha,  
379 esteja na mesma vala comum que o pirata até que o estudo esteja lá  
380 definitivamente aprovado, então ela fica, às vezes, um gap de 6 meses do  
381 início da elaboração dos estudos até a aprovação final ou mais que 6 meses  
382 com índice de 35, e nesse intervalo ela vai tá produzindo com sub registro, e  
383 depois quem vai dar esse crédito que ficou, se o índice afinal foi 50% como é  
384 que a gente vai dar esse crédito retroativo? Vou fazer um crédito suplementar?  
385 Então a gente começa a entrar por um sistema e tem empresas que estão  
386 pedindo “você aprovou que é 52 eu estou desde março com isso tudo  
387 tramitando, eu quero agora 10 mil metros de madeira que eu estou aqui com o  
388 estoque ilegal” e se nesse intervalo ela for fiscalizada pelo IBAMA? Então a  
389 coisa começa a ir para um índice que tudo joga contra o órgão ambiental e  
390 contra o sistema de empresas idôneas, então para tentar tirar o pirata do ramo  
391 você também afeta as empresas idôneas, então nós temos que ter

392 mecanismos que permitam uma maior agilidade e flexibilidade na aprovação  
393 desses estudos. Já encerrando gente... Estou falando bastante aqui, o objetivo  
394 é esse. Uma outra possibilidade, instituir padrões de rendimento por categoria  
395 de empresas, então a Rose também vai me complementar, a gente tá  
396 percebendo os estudos da concessionária, eles são diferentes, seja porque  
397 elas selecionam, como elas vão pagar pelo serviço florestal ou para o Ideflor-  
398 bio que aqui está, eles desmatam madeira, madeira ocada eles não trazem,  
399 procuram trazer a melhor madeira né, e conseqüentemente tem um padrão de  
400 rendimento melhor, geralmente são empresas mais estruturadas, que tem uma  
401 previsão de contrato de 30 a 40 anos, e portanto tem melhores maquinários,  
402 melhores investimentos, melhor mercado, melhor financiamento, então  
403 nitidamente o padrão de rendimento das concessionárias não é o padrão da  
404 serraria convencional, daquela que já tem o seu... Está a 30 anos com a  
405 mesmo maquinário, 20 anos com o mesmo maquinário, mexendo com madeira  
406 de “catágio”, como a gente costuma dizer no interior, aquela madeira que já tá  
407 na terceira exploração da floresta. E por último, outro caso para gente ver como  
408 a resolução é lacunosa, empresas novas, então, por exemplo, a Resolução diz  
409 o seguinte, eu posso fazer o estudo por espécie ou por grupo de espécies, para  
410 grupo de espécies eu tenho que pegar uma amostra de 50% mais 1 das  
411 espécies utilizadas nos últimos 12 meses, sucede que uma empresa nova não  
412 tem esse histórico de 12 meses, então só resta para ela o estudo por espécie?  
413 Mas se ela pretende e quer começar num patamar superior? Então eu não  
414 tenho como tratar isso daí, então a gente quer poder, já temos ideias dos  
415 técnicos dos órgãos ambientais, talvez diminuir um histórico de 12 meses a um  
416 histórico de 6 meses, então ela trabalha 6 meses, e depois já forma um  
417 histórico suficiente para apresentar, talvez apresentar a perspectiva e falar “eu  
418 pretendo trabalhar com essas espécies” em cima do que ela pretende ou já tem  
419 contrato, ela faz o estudo dela, quer dizer, não sei... A gente ver que a  
420 Resolução 474 ela engessou de mais e a realidade do órgão ambiental se  
421 depara com o caso que não estão lá previsto, e não tá claro na Resolução de  
422 que a gente vai poder ter autonomia para poder trabalhar, posso estabelecer  
423 faixa de rendimento? Posso estabelecer categorias? Posso criar procedimentos  
424 que não estão previstos na resolução para empresas novas? Então isso não  
425 está muito claro, então se nós optarmos aqui em não mexer, em não estender  
426 esse prazo do 45, “não vamos manter o 35 para não correr nenhum risco” para  
427 evitar passar uma mensagem errada para o mercado, nós temos que trabalhar  
428 esse outro lado, criar essas válvulas de escape e de adaptação da norma a  
429 suas realidades, então em suma eram essas as considerações que os Estados,  
430 os órgãos ambientais da Amazônia, desejam trazer para o CONAMA e  
431 particularmente para essa Câmara Técnica, aí eu pediria se possível que a  
432 Dra. Rose Chaves aqui me complementasse.

433

434

435 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado. Alguém tem  
436 alguma intervenção agora nesse momento? Alguma dúvida ou algum  
437 esclarecimento? Então eu vou passar a palavra para a Dra. Rose. Prazer.

438

439

440 **A SR<sup>a</sup>. ROSE CRISTINE QUEIROZ CHAVES (SEMAS/PA)** – Prazer. Bem  
441 gente, bom dia. Sou Rose Chaves, conforme o Dr. Justiniano me apresentou. A  
442 gente vem conduzindo a coordenação de gestão florestal no Estado do Pará, e  
443 com o advento da 474 a gente começa a atuar de forma direta, assim com o  
444 nosso corpo técnico sabendo dessa inovação, passar do 45 para o 35 com até  
445 a motivação dos nossos empreendedores, não tem como, não é 35, não é 45,  
446 é 55. Então nós tomamos uma diretriz, tá! Vai chegar o dia de receber os  
447 nossos estudos e como nós vamos trabalhar? Recepcionamos em outubro,  
448 quando bateu os 180 dias para que as empresas tivessem a prerrogativa de  
449 permanecer na 45, nós recebemos quase 100 estudos, desses 100 estudos,  
450 nós não demos os 45 direto, nós até atuamos de uma forma mais restritiva, até  
451 pela importância que tem, pelo número de serrarias que nós temos no Estado,  
452 nós fizemos o seguinte, vamos fazer uma prévia desses estudos e não adotar  
453 imediatamente os 45, fizemos um filtro nos estudos, dos 96 estudos apenas 5  
454 estavam com rigor estatístico, com algo que a gente disse o seguinte “se eu  
455 chegar em campo eu consigo validar” então passaram os 5, estou mostrando  
456 isso só para demonstrar que não é um mero pedido “ah passar por 45” nós  
457 tivemos todo um critério para chegar nesses dados que nós vamos mostrar  
458 para vocês, de repente os dados ainda são poucos de fato, se nós tentarmos  
459 extrapolar isso a nível de País com certeza não tem como, agora defendendo  
460 um pouco a região amazônica eu acredito que com base nesses dados nós  
461 conseguimos extrair alguma coisa mais relacionada e mais específica da  
462 região, que de fato a gente já tem dados para dizer que 35 não atende a nossa  
463 realidade. Hoje, o que nós temos? Hoje nós temos 10 estudos aprovados,  
464 recebemos 125, desses 125 como eu já falei uma boa parte nós retiramos  
465 porque foram infelizmente, foram só protocolados para cumprir o prazo de 2 de  
466 outubro, então foram protocolados estudos de qualquer espécie e natureza  
467 para cumprir o prazo de 2 de outubro e receber o 45. Quando chegou em maio,  
468 que era o momento de tirar do sistema o 45 e colocar o 35, nós já tínhamos  
469 analisados todos esses estudos e quem não tinha condições realmente voltou  
470 para o 35 né, então embora em que pese toda uma dificuldade do Estado  
471 realmente, em relação a técnicos a concessão de diárias a gente tem  
472 conseguido manter um padrão nessas análises, por quê? Por que nós somos o  
473 melhor Estado? Não. Porque felizmente nós tivemos a resolução COEMA 120  
474 de 2015 que determinou, passou a competência do licenciamento de várias  
475 atividades, então o que acontece? Para os municípios, então diminui mais a  
476 nossa demanda, quando eu diminuo a minha demanda de licenciamento eu  
477 consigo alocar 7 técnicos para ficar só com estudo de rendimento, então do  
478 ponto de vista de análise nós estamos equilibrados, não estamos bem,  
479 estamos com empresas que fizemos 14 validações de espécies em campo e  
480 ainda não conseguimos aprovar essas espécies, mas assim estamos  
481 caminhando, então voltando pros nossos 10, dentre essas dez empresas que  
482 tiveram estudos aprovados parece numerologia, mas também foram 10  
483 espécies trabalhadas né? Têm empresas que apresentam estudos com 5, 10  
484 espécies nem todas são aprovadas, porque depende muito também da  
485 quantidade de toras e das espécies que eles têm em campo. Como é que a  
486 gente tem trabalhado? Ele apresenta o estudo teórico, tem a análise prévia, o  
487 nosso técnico valida aquele estudo, refaz as análises estatísticas para verificar  
488 e tá dentro do 95% se tá dentro do erro, dentro da probabilidade que o TR

489 coloca, todos os critérios do TR estão sendo assim rigorosamente cumpridos,  
490 inclusive nós por algum tempo fomos assim severamente criticados pelo setor,  
491 pelo nível auto de reprovação que aí “ah, não tá passando nada, então será  
492 que erro tá só? Será que os técnicos não estão muito rigorosos?” mas enfim  
493 hoje a gente consegue ver que realmente era esse o caminho, que eles não  
494 tinham como aprovar e não foram. Dentre essas 10 espécies apresentadas,  
495 aprovadas, o que a gente consegue identificar? Tivemos o intervalo de, a  
496 nossa média menor foi 49.87 e a maior foi 65, esses 65 confesso para vocês  
497 que é algo que nos preocupa, a gente considera realmente um valor alto, mas  
498 assim, foi feito com todo o rigor do TR, os técnicos quando eles chegam em  
499 campo eles praticamente reproduzem o estudo que foi feito, eles fazem o  
500 desdobro de “ah o N mínimo de 11 toras de maçaranduba” eles vão para  
501 campo e desdobram as 11 toras e fazem toda as medições para chegar no  
502 índice deles, têm casos que os técnicos eles estão conseguindo aplicando todo  
503 o rigor, o índice um pouco maior do que eles apresentam no estudo, só que  
504 como a secretaria tem adotado? Se ele apresentou no estudo que o índice é 56  
505 ainda que, o técnico valide 60, nós só estamos concedendo os 56. Assim  
506 critério e uma diretriz adotada, mas isso é um fato que deve ser levado em  
507 consideração, o próprio técnico ele tem considerado, ele tem conseguido  
508 valores maiores e a resolução não contempla isso, a resolução ela contempla o  
509 seguinte que se em campo o técnico validar, aferir um índice menor do que o  
510 aprovado será concedido o menor então o que subentende-se? Subentende-se  
511 que foi avaliada a possibilidade apenas dos técnicos, dos órgãos ambientais  
512 conseguiram validar índices a menos e não é isso o que acontece, inclusive já  
513 teve até questionamento de “ah, se vocês estão conseguindo o maior, por que  
514 não estão dando o maior?” porque a Resolução diz isso, vai ser dado a valor  
515 aferido pelo órgão ambiental, esse é um dos questionamentos, uma das  
516 reflexões que a gente precisa fazer, que a Resolução ela só coloca essa  
517 possibilidade. Em relação às categorias, esse intervalo de 46 a 65 ele é  
518 representativo de 10 empresas, e por que a gente coloca a possibilidade de  
519 estratificar, de estabelecer categorias? Porque a gente percebe que as  
520 empresas que trabalham com concessão, empresas que trabalham com  
521 exportação, o rendimento delas é maior. Diferentemente do que colocado no  
522 parecer “ah, as espécies que trabalham com exportação a tendência é o índice  
523 de rendimento ser menos porque o mercado externo ele é mais exigente” ok! O  
524 mercado externo é mais exigente, mas em contrapartida o empreendedor que  
525 trabalha com a exportação, ele também é mais exigente na aquisição de toras.  
526 Então essa não é uma medida diretamente proporcional, que ele exporta o  
527 rendimento dele vai ser menor, não necessariamente e outra variável que tem  
528 que ser considerada em relação a exportação é que nem sempre nós temos a  
529 empresa com a integralidade dela sendo destinada para a exportação, é  
530 comum nós vemos empresas mistas, até pela questão econômica, parte dela  
531 vai para a exportação e aquele produto que não é aceito no mercado da  
532 exportação ele é comercializado internamente. Então essas variáveis a gente  
533 precisa, a gente que tá em campo, precisa tá trazendo também para uma  
534 reflexão. Outro ponto considerado no parecer, com todo respeito né ao parecer,  
535 em relação a pragas, controle, ok isso também acontece, mas hoje é  
536 praticamente uma realidade quase que superada, que a gente consegue  
537 verificar nas serrarias e isso a gente encontra em serrarias assim mais

538 rudimentar, hoje nós estamos numa fase em que uma boa parte das serrarias  
539 já contam com o maquinário, com uma determinada tecnologia, então assim  
540 são variáveis que devem ser consideradas sim, mas elas por si só não são  
541 responsáveis por reduzir tanto esse índice de rendimento. Bem, eu acredito  
542 que era isso.

543

544

545 **O SR. JUSTINIANO QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** – A  
546 questão que você falou que geralmente quando passa pela análise teórica é  
547 que vocês validam a consistência do estudo, geralmente em campo ele já  
548 passa no teste em campo.

549

550

551 **A SR<sup>a</sup>. ROSE CRISTINE QUEIROZ CHAVES (SEMAS/PA)** – Em relação à  
552 proposta de na validação teórica já conceder pelo menos os 45 é uma reflexão  
553 que nós temos feito, não é na avaliação teórica conceder já o índice que ele tá  
554 solicitando, não é. Na avaliação teórica é onde eu valido, erro, probabilidade,  
555 se todos os critérios utilizados estão de acordo com o termo de referência da  
556 Resolução, aí nós separamos, ok esse estudo passou, e aí marcamos a  
557 inspeção, depois que marca a inspeção tem sido também um gargalo por quê?  
558 Além das dificuldades dos técnicos nós também dependemos do  
559 empreendedor, porque nem sempre ele tem as 10 espécies e 10 toras de cada  
560 espécie no pátio, porque a validação do estudo é isso, é refazer o estudo em  
561 campo, então na época ele tinha aquelas 10 espécies de maçaranduba, 10  
562 toras de maçaranduba, hoje ele não tem mais e também não é viável para o  
563 Estado deslocar alguém lá da Morais de Almeida para validar 3 espécies, aí  
564 daqui há um mês vai de novo, porque ele não tem ainda mais 3 espécie, então  
565 assim é questão de logística, é custo, são todas variáveis que a gente precisa  
566 tá considerando. Então uma proposta foi a seguinte, passou teoricamente  
567 aquele estudo, então já concederia o 45, e aí marcaria a inspeção, para não  
568 deixar também a possibilidade de que aquele empreendedor receba o 45 fique  
569 eterno com ele e nem nos procure para fazer a validação, estabeleceria um  
570 prazo, depois dessa validação teórica que concedesse 45, ele seria notificado e  
571 diria “olha você tem até 180 dias para sinalizar a disponibilidade de toras para  
572 inspeção”, não feito isso, voltaria para o 35 e o estudo não seria mais  
573 considerado, essa é uma possibilidade.

574

575

576 **O SR. JUSTINIANO QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** – (...)   
577 que, às vezes, você vai marcar a inspeção e tá em março, com chuva, ele nem  
578 pode tirar a madeira do projeto, tem que guardar terminar...

579

580

581 **A SR<sup>a</sup>. ROSE CRISTINE QUEIROZ CHAVES (SEMAS/PA)** – É tem toda essa  
582 situação. Em tese a gente não verifica óbice para essa possibilidade, por quê?  
583 Porque a Resolução ela diz o seguinte, “depois de validado”, então não fica  
584 claro que a validação é só após inspeção, será que na mera validação teórica  
585 não já seria possível isso? Essa é uma reflexão só que assim, nós ainda não  
586 adotamos e vamos esperar a manifestação, mas existe até uma corrente que

587 diz que nós já poderíamos adotar que não tem objeção, porque diz “após  
588 validação” eu validei teoricamente eu já poderia tá adotando, mas por questão  
589 de precaução a gente tá preferindo discutir e ver o melhor encaminhamento.  
590 Bem gente, eu acho que são essas contribuições que nós do corpo técnico  
591 teríamos que tá apresentando, porque hoje nós já temos um certo período,  
592 uma certa experiência, em maio nós não tínhamos nem argumentos, nós não  
593 tínhamos ido em nenhuma para validar, então hoje a gente já consegue ter  
594 algumas justificativas, e é isso que a gente tem colocado para o setor  
595 produtivo, que quando mudou para 35 foi um desespero, só que nós não  
596 tínhamos dados, nós não tínhamos nem como chegar aqui e dizer alguma  
597 coisa, então hoje e assim com mais tempo a gente pode e com certeza vai ter  
598 dados mais precisos, só para finalizar em relação a categorização, qual é a  
599 nossa preocupação? A nossa preocupação é, nós temos 336 (...) de madeira  
600 ativo, desses 336 imagina que 100 são as empresas assim mais criteriosas que  
601 vão apresentar o estudo, estudo correto, 100 estudos que serão aprovados, aí  
602 eu verifico que 100 desses estudos que foram aprovados, 100 estão voltados  
603 para exportação aí a média deles deu 50, e aí a gente passa e coloca 50,  
604 esses 50 vai contemplar uma outra indústria que não tem nada daqueles  
605 critérios, então assim a gente bate na ideia de que deve sim categorizar, de  
606 acordo com a finalidade, de acordo com o maquinário, várias coisas  
607 influenciam, a gente tem verificado que até leiaute, o leiaute da empresa tem  
608 fora a matéria prima, que matéria prima já é algo que até nem se discute, da  
609 fonte né, mas o leiaute, forma de trabalho, tudo isso tem influenciado. Bem,  
610 então agora sim, acredito que finalizo as contribuições (*Risos!*).

611  
612

613 **O SR. JUSTINIANO QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes) –**  
614 Deusdará agradeço.

615  
616

617 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) –** Rose, muito obrigado. Fico  
618 muito satisfeito com a sua colocação, a questão é realmente sensata, isso  
619 contribui para uma discussão madura, sem passionalismo, trazendo essas  
620 informações dos Estados aonde as coisas acontecem, é com você lá que a  
621 coisa pega. Bom, só queria ressaltar, talvez o Justiniano pudesse me ajudar,  
622 exatamente o que que a gente tá propondo de discussão para Resolução, para  
623 não tentarmos descaracterizar a Resolução de forma tal, que ela tenha que  
624 seguir todo o rito, vá para o CIPAM, volte, seria um nova Resolução. Eu acho  
625 que tem muitas coisas que você colocou que já tá pensando numa revisão  
626 mais completo, mais...

627  
628

629 **A SR<sup>a</sup>. ROSE CRISTINE QUEIROZ CHAVES (SEMAS/PA) –** Não sei se na  
630 possibilidade de dar abertura para o Estado, né? Na verdade, parte dessas  
631 ideias é pensando numa possibilidade de dar abertura para o Estado, para ele  
632 tá trabalhando.

633  
634

635 **O SR. JUSTINIANO QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes) –**  
636 Deixar na Resolução do CONAMA alguns ganchos que permitam os Estados  
637 se desenvolverem.

638 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) –** Nós temos que ver até que  
639 ponto, aí o Adriano tem que nos ajudar, até que ponto a gente não tá fazendo  
640 nova Resolução, porque a gente teria que ver aí qual seria o rito, mas tudo  
641 bem. Vamos continuar.

642

643

644 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Posso só  
645 acrescentar, Deusdará? É que pela fala do Justiniano e pela sua, Rose. Eu  
646 percebi que vocês tão agora trazendo um tipo de alteração e vocês vislumbram  
647 a necessidade de alterar outras coisas. Então, eu gostaria de explicitar, porque  
648 o rito seguido para essa foi absolutamente excepcional do excepcional, vocês  
649 entraram na Plenária se valendo de um Artigo que dizia que excepcionalmente  
650 a matéria pode ser apreciada naquela Plenária, aí por acordo de Plenária  
651 conduzido pelo Deusdará, como ele falou no início, essa matéria veio  
652 diretamente para essa Câmara Técnica, qualquer outra alteração tem que ser  
653 apresentada seguindo o rito mesmo que está previsto Regimento, só deixar  
654 tudo claro e sem perspectiva de problema na frente, que é apresenta, a gente  
655 pega os Pareceres Técnicos, vai para CIPAM e etc. Porque efetivamente com  
656 a experiência que vocês já têm agora, deu para perceber que vocês percebem  
657 falhas e lacunas que precisam ser supridas pelo CONAMA em outra revisão.

658

659

660 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) –** Bom. Obrigado.

661

662

663 **O SR. JUSTINIANO QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes) –**  
664 Deusdará, eu queria me pronunciar só sobre essa questão. Eu acho que não  
665 foge da escopo.

666

667

668 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) –** Fica à vontade, só para gente  
669 ter uma certa clareza. Na verdade, reafirmo que se nós abrissemos embate ali  
670 naquele momento de, como diz o Regimento, de fazer o julgamento da  
671 proposta em Plenário naquele momento, nós estaríamos prejudicando esse  
672 tipo de conversa, esse tipo de troca de informação, esse tipo serenidade no  
673 processo de estabelecer uma Resolução, que tem aderência com a realidade,  
674 porque simplesmente ia fazer uma defesa contrária, que não poderia fazer  
675 diferente, porque estava recebendo a Resolução naquele momento, e como  
676 presidente do CONAMA, e Presidente da Câmara Técnica, eu acho seria  
677 desproporcional à minha manifestação em relação ao que estavam propondo.  
678 Certamente o plenário teria a tendência de nos ouvir e rejeitar, porque... Olha,  
679 o Presidente está presidindo o CONAMA, presidiu a Câmara é contrário e já  
680 estava em um momento, inclusive, que tinham outros assuntos em pauta e tal,  
681 tal, tal. Pode ter havido aí uma conduta não muito protocolar, mas eu sempre  
682 acho que o entendimento é maior que o Regimento. Então, é só para gente não  
683 extrapolar nesse entendimento para não ser questionado lá regimentalmente

684 dentro do plenário do CONAMA e aí todo o esforço da gente não vai ser bem  
685 sucedido. Justiniano.

686

687 **O SR. JUSTINIANO QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** – Só  
688 esclarecer, nós não estamos... A nossa fala aqui, nós não estamos mudando o  
689 rumo que a gente adotou na Plenária, nós estamos detalhando um pouco mais.  
690 O que que a gente colocou na plenária? Colocamos o seguinte, olha, tendo em  
691 vista os estudos que estão sendo apreciados e aprovados, que mostram que o  
692 índice pode ser superior, pode vir a ser superior, propomos que prorrogue o  
693 prazo até agora e vamos estudar melhor o assunto e trazer depois à  
694 apreciação do CONAMA, foi isso um ponto que nós trouxemos. O segundo  
695 ponto que a gente menciona no nosso Parecer foram as lacunas, os casos  
696 omissos e a falta da autonomia pros Estados estabeleceram medida transitória  
697 para implementação da Resolução, tanto assim, que o Parágrafo 6º vai nessa  
698 linha, os órgãos ambientais. Nós propusemos uma redação, agora essa  
699 redação, que no slide seguinte nós trabalhamos a adoção provisória, a  
700 concessionárias... A gente deu vários exemplos de situações não  
701 contempladas na Resolução. Então, vamos dizer, se o caminho adotar aqui,  
702 digamos, não podemos prorrogar o prazo, tem manter o 35, ok. Então vamos  
703 trabalhar um pouquinho melhor esse Parágrafo 6º, talvez robustecendo um  
704 pouco mais essa redação, desdobrando em dois ou três parágrafos, que já  
705 contempla “Os Estados poderão estabelecer adoção provisório, mediante à  
706 análise prévia dos estudos”. A gente cria uma redação que distensionam um  
707 pouco mais, e permite aos Estados não ficarem refém da safra, do inverno, da  
708 falta de diária, do Técnico e nem colocando empresas idôneas que um padrão  
709 tecnológico superior na mesma “vala do pirata”, que é o que a gente quer  
710 diferenciada. Então, eu acho que a gente não desvirtua da proposta anterior,  
711 apenas voltará ao Plenário e falar “Isso não passou esse Artigo a Câmara  
712 entendeu que ele deveria ser melhor redigido e desdobrou em 2 ou 3  
713 Parágrafos. Entendeu?

714

715

716 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Bom, eu acho que o  
717 encaminhamento tá claro. A gente vai conduzir dessa forma, nós vamos ver se,  
718 assim, a gente conta com os fluidos da chuva para conseguir o consenso à  
719 respeito disso no dia de hoje, caso contrário, a gente também estabelece um  
720 estratégia de como a gente vai encaminhar isso. Pergunto há alguma  
721 manifestação adicional dos membros da Câmara ou dos convidados dos  
722 membros da Câmara à respeito do que foi apontado pelo dentro Doutor  
723 Justiniano e pela Doutora Rose? Mauren Mato Grosso

724

725

726 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI (SEMA/MT)** – Bom dia a todos. Eu acho que  
727 não conheço a maioria de vocês, meu nome é Mauren Lazzaretti e eu estou  
728 hoje Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos da  
729 SEMA Mato Grosso. Eu parabeno o nosso representante do Pará, o  
730 Justiniano, como ele bem colocou, Mato Grosso tem neste cenário de CRV, eu  
731 acho que talvez os dados mais representativos da Amazônia legal, até pela  
732 nossa vocação para o setor de base florestal. Os nossos número realmente

733 são bastante superiores, até o nosso vizinho mais próximo, que talvez tenha  
734 também a mesma vocação, que é o Pará. Hoje nós temos no Estado de Mato  
735 Grosso mais de 500 estudos de CRV apresentados num total de 658  
736 empreendimentos industriais passíveis de terem apresentação de estudos, os  
737 outros não têm a capacidade de apresentar, porque não fazem a conversão.  
738 De todos esses empreendimentos, já estão customizados no nosso sistema  
739 35% deles, 227 estão ativos e já com algum tipo de coeficiente customizado no  
740 sistema e a média disso, eu só vou complementar realmente porque o  
741 Justiniano passou, a média que nós temos geral é de 57,49%, não vou entrar  
742 muito nos detalhes, mas é só para mostrar para vocês que nós temos hoje uma  
743 quantidade de dados que nos mostra um caminho distinto daquele que levou à  
744 alteração da Resolução CONAMA, até porque esses dados, a maioria deles,  
745 chegou ao órgão ambiental após a alteração da Resolução CONAMA,  
746 nós tínhamos até o evento da CONAMA 110 estudos de CRV aprovados dentro  
747 do órgão ambiental e nós tivemos mais que o triplo disso após a alteração da  
748 Resolução, mas o fato é que, todos esses números, principalmente para o  
749 Estado de Mato Grosso, eles nos causam a preocupação em razão do reflexo  
750 que isso gera para os empreendimentos, nós estamos falando de praticamente  
751 um ano de que os empreendimentos que não tiveram apresentados tiveram a  
752 resolução, talvez até um pouco mais que isso, um pouco mais de um ano e  
753 durante esse tempo nós temos empreendimentos que tiveram redução no seu  
754 índice CRV e tem o passivo instalado nos seus empreendimentos, e quando a  
755 gente multiplica isso pela quantidade de empreendimentos que nós temos no  
756 Mato Grosso, nós temos uma preocupação gigante com a condução desse  
757 passivo, ressaltando, referendando e até reforçando as colocações do  
758 Justiniano. Nós enquanto órgão ambiental, nós temos uma preocupação geral  
759 com todo o contexto, nós fazemos um esforço, temos feito um esforço, assim  
760 como o Serviço Florestal Brasileiro e o próprio IBAMA, para melhorar o controle  
761 do corte do produto, está aí o exemplo do SINAFLOR do SISFLORA 2.0 que é  
762 Pará e Mato Grosso, para que para que a gente tenha, vamos dizer assim, o  
763 maior controle da origem do produto e do que ele vai refletir no pátio das  
764 indústrias, de modo que a implementação 100% do SINAFLOR e SISFLORA  
765 2.0, vamos colocar que eu acredito que sejam os dois únicos sistemas que  
766 fazem, que estão no mercado para fazer esse tipo, vai gerar uma dicotomia,  
767 um alteração ainda maior e levar para ilegalidade um número maior de  
768 empreendimentos, porque nós não vamos ter margem para nenhum tipo de  
769 manipulação desses dados, essa é a nossa realidade. Eu acho que o esforço  
770 que os órgãos têm feito é para melhorar na base no corte do encaminhamento  
771 desse produto na chegada dele à indústria, de modo que, nós preocupa todo o  
772 contexto e o futuro disso a curto e médio prazo, porque hoje o Estado de Mato  
773 Grosso tem um passivo de situação a ser regularizada nos pátios das indústrias  
774 que nós não temos muita preocupação em como fazê-lo. Fazendo o uso das  
775 palavras do Justiniano, o que nós vamos fazer com a esteira desses  
776 empreendimentos que tiveram após 8, 9 meses o seu laudo de CRV alterado?  
777 Essa é uma preocupação muito grande. Qual vai ser a interpretação dada para  
778 uma modificação, um lançamento de estoque de crédito, como queiram chamar  
779 no cadastro de uma empresa, mesmo após uma vistoria? Isso nos preocupa,  
780 preocupa inclusive por todo um cenário que tem em volta do órgão ambiental.  
781 Dada a situação de que nós temos dados que apontam no Estado de Mato

782 Grosso que 35 não é factível por inúmeras razões, o que nós buscamos é que  
783 a gente faça a reflexão dessas medidas e juntos encontremos uma solução  
784 para não fragilizar nem o órgão ambiental, porque hoje nós nos sentimos de  
785 certa forma fragilizados com todo esse contexto de como atuar de modo lícito,  
786 correto, não prejudicando economicamente o setor de base, que trabalha  
787 corretamente, e aí nós estamos dizendo que pelo menos 50, quase 50% dos  
788 nossos empreendimento estão dentro deste índice, e quando a gente olha o  
789 percentual de empreendimento que são suspensos, cancelados, bloqueados,  
790 nós temos um percentual de menos de 10% dos empreendimento ativos no  
791 Estado de Mato Grosso. Então nós temos um controle dessa realidade que nos  
792 preocupa à situação atual, Deusdará. É esta preocupação fundada em  
793 números, que nos motiva a fazermos está provocação.

794

795

796 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Mais um depoimento  
797 extremamente importante, que vai contribuir muito para o diálogo. Tem mais  
798 alguma parte da Câmara ou convidados da Câmara que queiram se  
799 manifestar? João CNA.

800

801

802 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – João Carlos  
803 do CNA. Eu vou mais longe ainda em relação à esse documento, não é minha  
804 área estou aqui para tentar aprender, entender e para tentar fazer a exposição  
805 da CNA no voto, mas eu vejo uma coisa a mais em relação ao assunto em si.  
806 Porque se nós formos pegar a Lei Complementar 140, quando a gente coloca  
807 quais são as competências do Estado, lá coloca no Inciso 16º “Aprovar o  
808 manejo e a supressão de florestas e formações sucessoras em...” Ai fala nas  
809 unidades de conservação do Estado, imóveis rurais, atividades ou  
810 empreendimento licenciados ou autorizados ambientalmente pelo Estado. Eu  
811 acho que a Resolução originária, que estamos tentando fazer alteração aqui,  
812 tem que ser encaminhada para o grupo assessor, para o grupo assessor  
813 observar se dentro da Lei Complementar 140, se ela é passível de ser alterada  
814 ou revogada na sua plenitude, por conta da competência de Estado em relação  
815 pelo menos nesse quesito, porque União tem, se não me engano aqui na União  
816 tem dentro de unidade de conservação federal, excluindo APA e atividades e  
817 empreendimento licenciados e autorizados ambientalmente pela União. Eu  
818 acho que quando, eu acho que a Resolução deveria ser alterada lá na ementa  
819 dela e no caput lá, se não me engano acho que era do Artigo 1º em colocar  
820 que esta Resolução vale para inspeção de indústria de origem nativa, mais  
821 somente aquelas licenciadas pelo IBAMA em relação ao Artigo 7º da Lei  
822 complementar 140 e o Estado ter a competência própria de elaborar normas  
823 para sua, nunca dizendo que essa aqui é superior da do Estado, mas essa  
824 seria só para unidade de conservação federal e o que for licenciado pelo  
825 IBAMA.

826

827

828 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Vamos em partes. *(Inaudível)*  
829 Não vou desconsiderar a sua provocação, porque não é do estilo da gente não

830 discutir o que tem que ser discutido. Se tem problemas, nós vamos ver quais  
831 são os problemas, mas vamos focar na questão.

832

833

834 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Eu acho que  
835 a gente não decidir aqui, eu acho que o DCONAMA que tem que encaminhar a  
836 Resolução original, porque nós estamos, o que foi decidido no grupo assessor  
837 é que sempre que um Conselheiro observasse alguma Resolução que  
838 mereceria ser apresentada ao grupo assessor e o grupo assessor fazer a sua  
839 análise, qualquer Resolução pode ser encaminhada. Eu estou achando que  
840 esta, a originária deveria ser encaminhada para o grupo assessor neste  
841 pensamento que eu disse em relação à Lei Complementar 140.

842

843

844 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Está registrada a sua  
845 posição, deixar a Adriana pensar um pouco e a gente caminhar no conteúdo  
846 técnico.

847

848

849 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** –Deixa eu  
850 só fazer uma manifestação, isso merece uma reflexão. Então em um primeiro  
851 momento, realmente é só uma fala de primeiro momento, o grupo assessor tá  
852 conseguindo fazer, propor a Plenária o reconhecimento da revogação daquelas  
853 Resoluções que estão inteiras revogadas. Outro grupo de Resoluções, elas  
854 precisam de uma revisão de mérito, então o grupo assessor vai fazer é  
855 encaminhar para Câmara Técnica e aí tem uma dúvida dentro...

856

857

858 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – E informando  
859 qual que é o Artigo que tem que ser alterado para estar dentro da Lei  
860 Complementar ou do Código Florestal.

861

862

863 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Perfeito.  
864 Só que aí tem ainda um questão que o grupo assessor vai ter que se deparar  
865 provavelmente na próxima reunião, que é assim, aquele grupo assessor não  
866 tem, não é proponente de matéria nenhuma, não é nada nesse sentido e o  
867 Regimento diz que qualquer matéria, qualquer revisão tem que ser proposta  
868 por um Conselheiros. Então, uma solução possível para o grupo assessor é  
869 pegar esse grupo de Resoluções que têm que ser revista e algum Conselheiro  
870 do segmento que tiver feito aquele Parecer, por exemplo, o Governo do Estado  
871 do Ceará efetivamente propôs revisão numa matéria ligada à unidade de  
872 conservação. Então o encaminhamento que o DCONAMA está propondo, é  
873 que o Conselheiro daquele Estado apresente uma proposta de revisão, tem  
874 que ter justificativa, minuta e etc. E aí trâmite, só que isso ainda vai ser objeto  
875 de deliberação. Então, João, o que está me parecendo nesse primeiro  
876 momento é que se a gente está aqui numa Câmara de Mérito e esse assunto o  
877 grupo assessor vai encaminhar para uma Câmara de Mérito através de algum  
878 Conselheiro, então está me parecendo que isso pode ser amadurecido via

879 CNA, e aí o processo vai tramitar aqui mesmo, nesta Câmara, tramita pelo  
880 CIPAM primeiro e depois vem para essa Câmara, essa é uma primeira fala. Eu  
881 acho que a gente pode pegar esse assunto que você percebeu, tira esse  
882 assunto agora desse momento, dessa reunião, porque isso não é o foco daqui,  
883 a gente junto pensa, o Anderson tá ali, o Anderson tá no DCONAMA, ele voltou  
884 e é da área jurídica, então a gente pode olhar isso com mais cautela e aí tenta  
885 dar um encaminhamento. A minha proposta para você é assim, vamos discutir  
886 isso para ver qual é a melhor maneira encaminhar.

887

888

889 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** –Eu não nem  
890 discutir, eu acho o texto tem que ser discutido pela Câmara Técnica.

891

892

893 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – O  
894 encaminhamento.

895

896

897 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Sim. Mas eu  
898 estou dizendo o seguinte, eu acho o que grupo assessor, porque quando  
899 participei de 1ª reunião do grupo assessor foi dito lá pelo Rafael que foram  
900 apresentadas, se não me engano, 44 possíveis Resoluções, que seriam  
901 analisadas, ou que eu disse, ou revogar na sua plenitude, ou mostrar os erros  
902 que elas tinham e não era nem entregar para a Câmara Técnica, era  
903 apresentar para o Plenário, porque o grupo assessor é do plenário, então, tudo  
904 que for dito lá tem que ser apresentado ao Plenário e o Plenário vai fazer a  
905 sua decisão. Acredito que a decisão vai ser essas que precisam ser alteradas o  
906 DCONAMA em cima das pertinências de cada Câmara Técnica, encaminha  
907 para as Câmaras Técnicas, aí eu concordo. Mas o que foi dito pelo Rafael, que  
908 se os Conselheiros nas suas análises, porque a gente não consegue analisar  
909 aquele livro de vocês de Resolução, então sempre está parecendo alguma  
910 coisa nova e eu acabei de observar isso. Eu acho que esse texto sim, não  
911 estou dizendo que a gente não vai fazer o estudo da análise aqui agora, mas  
912 eu acho que esse texto tem que sim entrar na fila da análise do grupo assessor  
913 para o grupo assessor posteriormente apresentar à Plenária e a Plenária  
914 decidir o que vai acontecer ou não com esse texto, mas que existe essa dúvida  
915 em relação à competência do CONAMA em ter feito essa Resolução somente  
916 para, vamos dar um exemplo, para nós decidirmos essa porcentagem, eu acho  
917 extrapola a competência de CONAMA, naquele contexto anterior não, porque  
918 não tinha a Lei Complementar 140. Agora fazendo essa análise, eu acho que  
919 sim, então estou solicitando formalmente que a Resolução originária, não estou  
920 dizendo não vai discutir essa aqui agora porque são caminhos distintos, que a  
921 Resolução originária seja encaminhada para o grupo assessor, que avalie a  
922 pertinência do CONAMA tá fazendo uma norma geral em relação à  
923 fiscalização, sendo que eu acho que tem está sobrepondo competência do  
924 Estado em relação ao que eu disse no Artigo 7º em fazer as suas próprias  
925 legislações sobre o assunto, em cima dos seus licenciamentos e avaliações de  
926 empresas e processos, então só peço que coloque na fila a Resolução original  
927 para que seja analisada.

928  
929  
930  
931  
932  
933  
934  
935  
936  
937  
938  
939  
940  
941  
942  
943  
944  
945  
946  
947  
948  
949  
950  
951  
952  
953  
954  
955  
956  
957  
958  
959  
960  
961  
962  
963  
964  
965  
966  
967  
968  
969  
970  
971  
972  
973  
974  
975

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – O único pequeno ponto entre a gente está sendo a questão de quem tem competência para fazer isso. Está me parecendo que seria o membro da CNA no grupo assessor que é o Rodrigo justos e aí ele poderia fazer isso na próxima. Eu não queria desviar essa reunião aqui do foco.

**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** –Qualquer Conselheiro.

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** –Ok. Qualquer Conselheiro, o DCONAMA é que não teria essa competência, entende, João Carlos? O único ponto que eu estou entrando é isso, você verificou que tem uma questão, então o Conselheiro, pode ser enfim você, pode ser qualquer pessoa, mas faria esse pedido para o grupo assessor para acrescentar isso. E o que o grupo assessor vai fazer? Ele vai fazer uma... Tira o relator, decide se realmente o entendimento, se realmente tem o confronto e ai como não é revogação integral, é um revisão, ai está nesse ponto que eu mostrei, que é ver quem tem competência para dar entrada nessa revisão. Ok?

**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Eu posso fazer uma consideração? Eu acho que você, João, devia conversar com uma certa calma com o pessoal da ABEMA, porque me preocupa esses caminhos não tão retilíneos, para não dizer tortuosos, de procedimentos que acabam prejudicando um procedimento que a gente esta tentando ajustar. Então assim, eu não tenho que pronunciar, porque isso não é uma questão técnica, mas acho que devia conversar com as partes interessadas, se eventualmente isso vai mais ajudar do que atrapalhar, mas tudo bem é uma consideração. São 11 horas e 13 minutos, eu pergunto se há mais alguma coisa de conteúdo do que tá sendo proposto pelo ABEMA? Já que o João fez uma questão mais de encaminhamento de ordem, que algum convidado ou Conselheiro queira fazer, senão vou passar para os meus colegas do IBAMA. Na parte da manhã a gente já vê as duas posições e ai temos o almoço para pensar um pouco melhor e tentar terminar na parte da tarde. Por favor, pessoal da DBFlor, quem vai fazer? O Sócrates? O IBAMA fez a sua posição em cima da proposição da ABEMA foi feita no Plenário, essas considerações mais novas vocês não tinham conhecimento.

**O SR. ANDRÉ SÓCRATES DE ALMEIDA TEIXEIRA (IBAMA)** – André IBAMA, nós fizemos junto com o serviço florestal, nós fizemos... Pegamos a proposta que foi apresentada lá no Plenário e fizemos uma avaliação

976 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Mas não havia naquele  
977 momento, onde as duas equipe sentaram para fazer algumas informações  
978 adicionais apresentadas hoje?

979

980

981 **O SR. ANDRÉ SÓCRATES DE ALMEIDA TEIXEIRA (IBAMA)** – Sim. Tem  
982 algumas proposições que foram apresentadas...

983

984

985 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Aqueles documentos,  
986 números, estudos...

987

988

989 **O SR. ANDRÉ SÓCRATES DE ALMEIDA TEIXEIRA (IBAMA)** – Os números  
990 já estavam no processo, o número de serrarias, essas questões. Algumas  
991 questões que foram apresentadas aqui já estavam no processo. Algumas  
992 proposições de encaminhamento que foram colocadas aqui em relação,  
993 inclusive, aquele último Artigo que eu desconhecia.

994

995

996 **O SR. JUSTINIANO QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** –  
997 Depois no Parecer no item 16 e 17, ele de forma em *passant* ele comenta a  
998 questão transitória. Ele entende até, a resolução trouxe sim, abordou as  
999 questão transitórias e tal, mas de fato no nosso expediente nós não tínhamos  
1000 detalhado todo esse leque de questões que hoje nós trouxemos para o  
1001 Plenário.

1002

1003

1004 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Só para nivelar, porque tem  
1005 coisas novas que a gente tem que analisar à luz desses novos fatos. Por favor,  
1006 André.

1007

1008

1009 **O SR. ANDRÉ SÓCRATES DE ALMEIDA TEIXEIRA (IBAMA)** – Bom, eu  
1010 agradeço a oportunidade por falar aqui, agradeço o Deusdará. Antes de entrar  
1011 especificamente nos itens que foram propostos, eu gostaria de fazer alguns  
1012 comentários em relação às falas que foram apresentadas agora. Nós do  
1013 IBAMA desde a época que eu participei desse processo todo de revisão da  
1014 CONAMA, a CONAMA 474 ela nasceu de um demanda do setor de alguns  
1015 itens que entendíamos na época que eles deveriam ser ajustados e  
1016 concordamos em vários desses pontos em ajustar, e os 45 para os 35% foi  
1017 algo que surgiu durante esse processo e por isso que nós apresentamos em  
1018 Plenária, e achávamos naquela época a partir, até foi comentado dos estudos e  
1019 dos dados que vinham do serviço florestal brasileiro, que o índice não estaria  
1020 correto, não estaria ajustado, a média não estaria ajustada, mas nós  
1021 reconhecemos que há casos, há empresas, há situações em que essa média é  
1022 maior com certeza. Nós na verdade queremos que seja, nós queremos que  
1023 haja aproveitamento, nós queremos que a empresa apresente seus estudos  
1024 para que a gente possa ter um índice ajustado à realidade daquela empresa.

1025 Quando a gente fala “ajustados à realidade” é porque são muitas variáveis que  
1026 envolvem, vocês estão estudando isso, vocês estão vendo que envolve o  
1027 índice, você mesmo falou, o *layout*, a organização do chão de fábrica lá, ele  
1028 afeta o índice, a gente apresentou isso na época que a gente estava discutindo  
1029 esse índice. O fato de ser exportação, a conicidade da madeira, a espécie, a  
1030 saúde da tora é um item que deve ser sim, ainda apesar disso não acontecer,  
1031 acontecer pouco no Estado do Pará, mas não é a mesma realidade do Estado  
1032 do Acre, não é a mesma realidade do Estado do Amazonas e tampouco do  
1033 Amapá, que são pequenos manejos, uma estrutura bem mais precária do que a  
1034 gente vê no Mato Grosso e vê no Estado do Pará. Então, são itens que devem  
1035 ser considerados sim, a gente sabe que esse índice forçando, ele é maior que  
1036 várias situações, em vários casos, mas em outros não. Então a gente ouvindo  
1037 os comentários, a gente entende que os 45% estavam confortável, porque já  
1038 existia a previsão de alteração através de estudos desde a CONAMA 411. E aí  
1039 eu pergunto, quantos estudos foram apresentados para alteração desse índice  
1040 desde 2009 até a revisão que foi feita em 2016? Nós recebemos 2, então, e  
1041 hoje vocês mesmos estão colocando que tiveram apresentações nesse período  
1042 aí de mais de 45%, então a gente fica achando um pouco esquisito, mas o que  
1043 a gente quer e reforçando, é que o que seria importante é que as empresas....  
1044 Que a gente ajustasse, não nivelasse índice à um valor maior, 45% e que a  
1045 gente ajustasse ele por baixo, mas que a gente tivesse e concordamos alguns  
1046 aspectos de transição aí para ajustar para aquelas empresa que de fato tem  
1047 seu índice maior do que os 35%. Não queremos prejudicar, ao contrário, essas  
1048 empresa elas têm que ser sim, elas têm que ter, tem direito a esse índice  
1049 diferenciado, nós entendemos dessa forma. Agora tem algumas questões, eu  
1050 acho que a gente pode discutir, depois eu vou entrar na especificidade aqui,  
1051 Deusdará, desculpa me estender, mas só comentando alguns pontos em  
1052 relação ao processo de vistoria, então, eu acho que situações transitórias  
1053 podem tá muito bem ajustadas com o que você comentou, se a partir de uma  
1054 análise da documentação, a análise técnica, que se faça uma análise técnica  
1055 daquela documentação e aceite no limite de 45% até que uma vistoria possa  
1056 ser realizada, eu acho que isso é uma boa medida de transição. Agora  
1057 entrando já especificamente na proposição aqui, a gente estender esse índice  
1058 a 45% até 23 de agosto do ano que vem, a gente não dá um sinal positivo para  
1059 alguns casos que nós mostramos no estudos, e um estudo recente mostra isso,  
1060 há casos e são vários casos à depender da espécie de vários fatores. Há  
1061 situações em que esse índice vai ser menor do que os 35%, inclusive então,  
1062 estaria dando um sinal ruim, que seria aceitar os 45% até 23 de agosto, voltar,  
1063 né? Estamos numa situação de 35 e voltar os 45% até 23 de agosto do ano  
1064 que vem. Eu acho o que nosso trabalho aqui poderia ser verificar algumas  
1065 medidas de transição para aquelas empresa que já apresentaram seus estudos  
1066 para que elas não sejam prejudicadas e a gente não tenha esse problema de  
1067 acúmulo de estoque, que a gente acaba tornando uma situação que era para  
1068 ser, que a gente tá incentivando a apresentação de estudos por empresa, a  
1069 gente leva essa empresa que apresentou seu estudo, tem uma viabilidade  
1070 técnica ali para obter esse índice maior, a gente leva ela para ilegalidade, não  
1071 é isso queremos. A nossa discussão no período da tarde aqui poderia ser  
1072 nessa linha, a gente ao invés de voltar esse índice que o 1º Artigo ali, voltar  
1073 tudo para 45% e a gente dar possibilidade para que as empresas que

1074 apresentaram o índice, elas possam num período transitório até análise do  
1075 órgão ambiental, que a gente pode pensar num prazo também, ela possa obter  
1076 o índice desejado, no limite claro dos 45% até que seja analisado. Então, é  
1077 mais ou menos linha, Deusdará, que nós conversamos lá junto com a sua  
1078 equipe para que a gente não tenha esse retrocesso na Norma, que nós  
1079 mostramos na época com vários estudos, a gente pode até circular de novo se  
1080 for o caso esses estudos, a gente viu mais de 60 estudos com mais de 2000  
1081 mil empresas, a gente chegou em momento de pegar um estudo anterior que a  
1082 gente já tinha analisado, fora os dados muito forte das concessões florestais. E  
1083 quando a gente fala em concessão florestal, tem um estrutura que precisa, tem  
1084 a questão do pagamento do metro cúbico, tem a estrutura do maquinário,  
1085 então, quanto mais metro cúbico obter na transformação deles, para eles mais  
1086 interessante, então eles não obteriam um volume menor no conversão já que  
1087 eles têm todo esses encargos e toda essa dificuldade para operar. Deusdará,  
1088 eu acho que é isso, e especificamente nas proposta não sei se a gente fica no  
1089 período da tarde.

1090

1091

1092 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Teria que ver um  
1093 encaminhamento, eu acho que há aí um certo ponto de convergência, que é.  
1094 Eu também não entendi o que eles querem baixar de 45 para 35  
1095 imediatamente. Não entendi.

1096

1097

1098 **O SR. JUSTINIANO QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** – De  
1099 fato a nossa proposta, a gente propõe o retorno aos 45, que era a versão  
1100 anterior da 411, e para que os estudos de campo sejam realizados pelas  
1101 Câmaras Técnicas competentes do CONAMA, até porque não passou pelas  
1102 Câmaras Técnicas, foi uma emenda de Plenário, como a gente conhece.  
1103 Nessa análise das Câmaras Técnicas sejam considerados aquilo que já foi  
1104 relatado, que os estados estão tendo no dia-a-dia, tá aqui o professor Sueu que  
1105 como bom oriental está caladinho, está só ouvindo e anotando, mas pode  
1106 depois relatar um pouquinho o que ele está fazendo em campo. De fato há  
1107 essa proposição, no intuito nós não queremos de vencer a tese e dizer é 45,  
1108 não sei. Os primeiros sinais que nós temos estão mostrando que não é 35 não  
1109 é mais, mas o que a gente quer? Vamos estudar melhor e definir o índice mais  
1110 próximo possível da realidade, essa a proposição, de fato há uma proposição  
1111 nesse sentido e que estamos aqui para discutir.

1112

1113

1114 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Você queria então que  
1115 suspendesse um pouco a reunião agora. Só um minutinho, já já eu te passo a  
1116 palavra. Porque você tinha feito um parecer ponto a ponto, não é isso?

1117

1118

1119 **O SR. ANDRÉ SÓCRATES DE ALMEIDA TEIXEIRA (IBAMA)** – Em cada  
1120 ponto desse a gente fez um comentário e uma proposta alternativa em vários  
1121 desses pontos.

1122

1123

1124 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Você está sugerindo então  
1125 que a gente suspenda a reunião para gente ter uma conversa para depois  
1126 voltar a conversa focando só na questão técnica ou quer apresentar seu  
1127 parecer ponto a ponto ou dado que foi ouvido aqui gente precisa ter o Serviço  
1128 Florestal Brasileiro IBAMA um certo bate-papo privado que é uma questão  
1129 nossa mesmo de competência, fique à vontade para você recomendar o que é  
1130 melhor.

1131

1132

1133 **O SR. ANDRÉ SÓCRATES DE ALMEIDA TEIXEIRA (IBAMA)** – Eu acho que  
1134 a gente poderia voltar sim ponto a ponto no período da tarde, até para que a  
1135 gente possa conversar, compartilhar, o período de almoço é importante.

1136

1137

1138 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – O nosso maior problema  
1139 também não é embate, a nossa maior situação de convencimento vai ser com  
1140 a Plenária. Então, não adianta sair daqui de uma forma precipitada, achar que  
1141 está resolvido e chega lá a Plenária não entende que está resolvido e voltar, aí  
1142 realmente o assunto fica consolidado da forma anterior, então a gente precisa,  
1143 e aí que eu acho a arte, é a arte e engenho os processos nossos de  
1144 negociação e entendimento e se for o caso de renúncia com padrões que não  
1145 apresentem para Plenária qualquer flexibilização, mas sim aperfeiçoamento. Eu  
1146 particularmente já fui Engenheiro Florestal, hoje só o fato dessa Resolução ter  
1147 provocado esse tipo de acolhimento de informações, esse tipo de observar  
1148 diferente, já contribuiu bastante com a papel dela, quer dizer, de uma certa  
1149 forma a gente está conhecendo melhor o assunto, tem a possibilidades dos  
1150 estados serem provocados à participar do processo de uma forma mais  
1151 contundente, então eu acho que já tem ganho. A Resolução já teve ganho,  
1152 agora o precisamos ver como vai ser a solução disso, eu me preocupo muito  
1153 mais com a comunicação, do que de fato a gente ficar aqui passionalizando  
1154 uma coisa e ele levar para voto e lá ter perdidos e ganhadores, entre perdidos  
1155 e ganhadores, o Plenário sempre vai ser pró aqueles que venderem a questão  
1156 ambiental de uma forma melhor, então a gente tem que ser muito profissional  
1157 agora para que a gente não tenha nenhuma atropelamento na Plenária e aí  
1158 gerar uma situação irreversível, uma nova Resolução, uma nova discussão,  
1159 então eu um outro tempo a gente não sabe como vai acontecer isso.

1160

1161

1162 **A SR<sup>a</sup>. MAUREN LAZZARETTI (SEMA/MT)** – Mauren SEMA Mato Grosso. Só  
1163 para colocar um pouquinho com essa reflexão no nosso intervalo, partindo das  
1164 colocações feita pelo André, eu quero trazer uma informação porque eu  
1165 acredito que ela seja relevante para essa reflexão. Você colocou, André, de  
1166 uma forma bem... Uma reflexo bem pontual o quanto os empreendimento se  
1167 movimentaram para customizar, para ter o seu CRV específico antes da  
1168 Resolução CONAMA, e aí eu vou fazer a minha ponderação e não quero que  
1169 ela pareça uma crítica, que não é esse o sentido, mas nós Mato Grosso nos  
1170 sentimos meio à margem dessa discussão, porque a princípio, talvez esteja eu  
1171 equivocada, mas pelo que eu vi das amostras, nós não fomos contemplados no

1172 estudo, nos estudos amostrais que me parece que deram base a essa  
1173 alteração, a esses dados, esse percentual de 35, mas antes da Resolução, o  
1174 Mato Grosso tinha 177 empreendimentos com CRV acima de 45%, então nós  
1175 somos representativos, mas nós não vimos Mato Grosso representado aqui,  
1176 isso antes da Resolução, destes 110 permanecem os outros que já estão hoje  
1177 sem estarem ativos, estão suspensos ou bloqueados ou paralisaram as suas  
1178 atividades, mas é um número representativo, porque se eu fizer em percentual  
1179 no quantidade de empreendimento que eu tenho no Mato Grosso é mais de  
1180 20%, já antes dessa resolução. O que foi a justificativa que nos colocaram para  
1181 este número, que hoje é muito maior? Porque enquanto eu tem uma redução  
1182 de 55 para 45 eu fico aí numa margem em de 10% por cento e aí os  
1183 empreendimento reduzem a quantidade daqueles que precisam ser alterados.  
1184 Quando cai de 55, a visão que nos dois colocada nas nossas discussões, para  
1185 35 eu praticamente inviabilizo muitos empreendimento, por isso essa alteração.  
1186 Mas não é uma crítica, é uma ponderação para vocês entenderam a nossa  
1187 base, os nossos número, entendeu, André? Como você bem falou, Mato  
1188 Grosso tem aí a indústria diferenciada, mas a gente queria então que vocês  
1189 nos dessem o oportunidade do debate e me parece que isso não foi, assim,  
1190 naquele momento, por isso o nosso pedido hoje, não é um crítica não, é a  
1191 ponderação para vocês refletiram esses número também na hora da gente  
1192 visualizar o nosso caminho futuro.

1193

1194

1195 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Eu entendo que está na hora  
1196 do famoso encerramento para as conversas. Eu espero que a gente possa no  
1197 intervalo do almoço fazer algumas considerações para que na parte da tarde a  
1198 gente pode encaminha. Agora a Adriana quer falar um fala formal, a gente às  
1199 vezes confunde um pouco 411 com 474

1200

1201

1202 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Henrique,  
1203 coloca, por favor, a 474 do jeito que está no comecinho. Deixa eu fazer um  
1204 caminho aqui cumprido, mas para ver se a gente tá entendendo a mesma  
1205 coisa. A 474 altera a 411 e a complementa, faltou na hora da redação, faltou  
1206 essa palavra, porque vamos junto, o Artigo 1º da 474 modifica o Artigo 6º,  
1207 vamos para o 2º da 474, o segundo vai falar o Artigo 9º da 411, beleza. Vamos  
1208 ao 3º o ponto que queria, o 3º muda o anexo 2, e vamos para frente, Henrique.  
1209 Espera aí que você pulou. O Artigo 4º está lá em cima, está confuso de olhar  
1210 isso, o Artigo 4º está modificando o Anexo 3º. Vamos para o Artigo 5º, que está  
1211 logo em baixo, muda o Anexo 7, vamos para frente. Ai ela começa no Artigo 6º  
1212 e vem todo esse texto, o Artigo 6º é um texto da própria 474 e o que está  
1213 sendo proposto de mudança é o Artigo 7º da 474, porque o da 411 é outra  
1214 coisa. Então eu queria saber se a gente tem autorização, vamos para pauta,  
1215 entendido isso, eu queria que colocasse a pauta e ai eu queria fazer uma  
1216 correção, mas obviamente eu tinha que perguntar pros proponentes. Revisão  
1217 da Resolução 474, ai eu propus uma coisa, que eu alterou e complementou a  
1218 411. É isso? Ok. Então está bom, a gente faz essa correção e a matéria passa  
1219 a tramitar dessa maneira, então a partir de agora. *(Intervenção fora do*

1220 *microfone, inaudível)* Ainda tem mais um correção à fazer, então entendimento,  
1221 a gente agora faz essa correção a partir de agora.

1222

1223

1224 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Que horas nós voltamos do  
1225 almoço? Vamos voltar, hora para voltar mesmo.

1226

1227 **O SR. JUSTINIANO QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** – Era  
1228 bom ver com os nossos demais membros aqui, como está a gente de todo  
1229 mundo, se tá tranquila para todo mundo voltar à tarde, porque o risco às vezes  
1230 a gente para para o almoço e a tarde não tem quórum.

1231

1232

1233 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Estou à disposição se  
1234 quiserem continuar.

1235

1236

1237 **O SR. JUSTINIANO QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** – Por  
1238 mim eu vejo que a gente talvez já tenha um entendimento inicial, uma massa  
1239 crítica para gente em meia hora sentar, redigir uma versão alternativa da  
1240 proposta de Resolução, e apreciar e liberar todo mundo. Meia hora suspende e  
1241 volta.

1242

1243

1244 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Sinceramente, não tive  
1245 oportunidade de conversar com eles. Estou chegando de viagem e não tive a  
1246 oportunidade de conversar com ele.

1247

1248

1249 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (SFB)** – 11 e 45 eu estou me ausentando da  
1250 reunião.

1251

1252

1253 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – 11 e 45? Mas você volta à  
1254 tarde?

1255

1256

1257 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (SFB)** – Eu estou com um problema que é  
1258 reincidência aqui no Ministério do Meio Ambiente de marcar mais de uma  
1259 reunião de Conselhos diferentes em lugares diferentes. Estou com uma reunião  
1260 agora lá no CGEN.

1261

1262

1263 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Só  
1264 Câmara Técnica, porque Plenária a gente toma cuidado para não acontecer, às  
1265 vezes...

1266

1267

1268 **O O SR. MARCÍLIO CARON NETO (SFB)** – Câmara Técnica eu tenho várias.  
1269 Agora eu tenho Plenária do CGEN agora, então não poderei vir a tarde

1270

1271

1272 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Eu posso, como aqui são 11  
1273 e 34, voltar me meia hora.

1274

1275

1276 **O SR. JUSTINIANO QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** –  
1277 Nesse intervalos com os Estados aqui, tentar fazer uma minuta.

1278

1279

1280 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Seria bom conheceram o  
1281 Parecer do IBAMA. Já leram? O mais novo?

1282

1283

1284 **O SR. ANDRÉ SÓCRATES DE ALMEIDA TEIXEIRA (IBAMA)** – Quando a  
1285 gente fez a análise, tanto o Ministério do Meio Ambiente no Parecer, quanto o  
1286 IBAMA no Parecer. A gente foi nossos problemas operacionais, a gente não  
1287 conhecia a proposta de fato, então a gente fez sobre a minuta do ofício, nosso  
1288 Parecer foi sobre a minuta do ofício, nós não conhecíamos, aí quando  
1289 conhecemos nós nos reunimos e fizemos a análise sob... A que está no site a  
1290 gente não conhecia a minuta proposta.

1291

1292

1293 **O SR. JUSTINIANO QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** –  
1294 Obviamente nós queremos que nenhuma discussão seja só dada, mas se nós  
1295 tivermos hoje convergência e conseguirmos concluir, é importante porque o  
1296 tema urge e a gente ainda tem uma etapa que é passar pela CTAJ, não é,  
1297 Mário e Caron? Vai para CTAJ ainda e depois ir para Plenário, então  
1298 seguramente nós não vamos conseguir esse ano a gente não consegue a  
1299 próxima CONAMA, a gente consegue a 1ª de 2018. Tá entendendo?

1300

1301

1302 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – A  
1303 expectativa nossa é de pautar isso na Plenária de março. Porque o que  
1304 acontece? Por mais que ele esteja em regime de urgência, isso só nos garante  
1305 que não haja pedido de vistas nas Câmaras Técnicas e se houver pedido de  
1306 vista em Plenária eu tenho que votado, mas realmente tem que passar por ua  
1307 CTAJ.

1308

1309

1310 **O SR. JUSTINIANO QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** – Pois  
1311 é, mas a gente não fechar hoje, aí provavelmente a CTFLOR não reúne mais  
1312 esse ano, porque já vem aí final de ano, aí é perigoso a gente não conseguir  
1313 nem a de março.

1314

1315

1316 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – A gente  
1317 pode fazer um esforço para ver no calendário aqui com a próxima reunião esse  
1318 ano, podemos...

1319

1320

1321 *(Pausa).*

1322

1323

1324 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – A gente discutiu com a  
1325 equipe do IBAMA, que é o proponente, o Serviço Florestal Brasileiro, eu sei  
1326 que o meu papel aqui é mediar a Câmara Técnica, não é intervir no conteúdo,  
1327 mas eu julguei prudente que a gente tivesse uma conversa entre os colegas  
1328 para puder a gente ficar mais, se apropriar mais do tema. Então, eu queria  
1329 pedir a gentileza do Justiniano junto com a Rose, vamos fatiar as duas  
1330 sugestões, os dois encaminhamentos apresentados por vocês. O primeiro  
1331 encaminhamento, eu queria que fosse repetido para saber se o entendimento  
1332 que nós tivemos é de fato esse, eu vou antecipar o meu entendimento e eu  
1333 posso estar equivocado, tá, um entendimento para ver se um leigo entendeu o  
1334 que vocês estão propondo e que a gente tem conforto para apoiar. O primeiro  
1335 deles seria: não há retrocesso com relação aos 45, 35, do ponto de vista de  
1336 comunicação e do ponto de vista de sustentação no Plenário, eu acho  
1337 extremamente importante. Segundo, os estudos continuaram sendo  
1338 protocolados e mediante uma análise prévia seriam aceitos até 45% de  
1339 imediato, com base numa análise prévia do vigor que já está sendo colocado  
1340 pelos Estado, muito bem colocado pelos Estados, aceitaria 45% e o excedente  
1341 de 45% seria dado um prazo de 180 dias. Perfeito. Após..., exato, que  
1342 garantiria exemplo o excedente dos 45. Hipoteticamente, eu apresentei um  
1343 estudo com 55, eu empresário proponente tenho mediante uma análise teórica  
1344 de rigor, estatístico aceitação imediata dos 45% após a análise prévia; para o  
1345 excedente dos 10, em 180 dias teria que ser feita uma inspeção industrial,  
1346 considerando aí as questões de sazonalidade, de safra, limitações do órgão  
1347 público, eu repito esses argumentos, que esses argumentos está chegando  
1348 com uma linguagem comum no Plenário, seriam exigidos, seriam  
1349 comprovados, ou não os 10% a mais, e o prazo ficaria para agosto de 2018.  
1350 Esse é o entendimento da proposta de vocês?

1351

1352

1353 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** –  
1354 O prazo desse regime transitório?

1355

1356

1357 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Transitório. Daí entra a  
1358 análise prévia com os 45 até a confirmação do excedente apresentado no  
1359 estudo, seria agosto de 2018, seria 180 dias. É esse o entendimento?

1360

1361

1362 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** –  
1363 Eu acho que é razoável. Esse é um dos pontos que nós trouxemos aqui. Acho  
1364 que é, fica mais razoável, é um avanço em relação ao modelo que nós temos

1365 hoje, permite um pouco mais de flexibilidade e de ajuste da parte dos órgãos  
1366 ambientais e própria das empresas, né, faz parte do processo de  
1367 implementação.

1368

1369

1370 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Pergunto ao IBAMA se estar  
1371 confortável com esse encaminhamento?

1372

1373 **O SR. ANDRÉ SÓCRATES DE ALMEIDA TEIXEIRA (IBAMA)** – Sim,  
1374 estaremos confortáveis.

1375

1376

1377 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Perfeito. Mauren.

1378

1379

1380 **A SR<sup>a</sup>. MAUREN LAZZARETTI (SEMA/MT)** – É só para eu tirar uma dúvida.  
1381 Agosto de 2018 ficaria o quê? O que nós prolongamos esse prazo, eu confesso  
1382 que fiquei em dúvida.

1383

1384

1385 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** –  
1386 Esse regime transitório que nós estamos colocando vigoraria até agosto do ano  
1387 que vem, vamos dizer, setembro do ano que vem a empresa apresenta um  
1388 estudo e fala: olha, mediante a análise prévia me dá já os 45; eu falo: não, tem  
1389 que esperar eu aprovar o estudo todo. Então, eu teria essa possibilidade de já  
1390 na análise preliminar do estudo conceder os 45, né, até que eu conclua a  
1391 inspeção industrial. Então, eu posso fazer isso até agosto do ano que vem,  
1392 porque isso gera um prazo e uma chamada para que os estudos venham mais.

1393

1394

1395 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Que venham mais.  
1396 Exatamente. Esse é o objeto, que eu acho que é o objeto de boa-fé que todos  
1397 nós temos aqui. Bom, isso posto...

1398

1399

1400 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** –  
1401 Porém, que venham só um detalhe, que venham estudos com fundamento, né,  
1402 porque como a Rose falou, ela teve lá quase 90% de reprovação, que muita  
1403 gente fez o estudo para cumprir tabela.

1404

1405

1406 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Isso é extremamente  
1407 simbólico para a Plenária e para a comunicação, que de fato os Estados estão  
1408 fazendo o seu papel, não estão aceitando qualquer estudo que chegue lá, ou  
1409 qualquer estudo que diziam, que tinham, ou que a gente nunca viu, ninguém  
1410 viu, mas isso é para trás, vamos olhar para frente. Então, havendo consenso  
1411 nesse encaminhamento, nós precisaríamos tirar uma redação a respeito disso  
1412 para que a gente possa dar visibilidade a essa redação. Há um segundo ponto  
1413 que foi apresentado no último slide do Justiniano, o Secretário, que nós

1414 julgamos extremamente importante ser discutido e nós entendemos que é um  
1415 aperfeiçoamento que essa Resolução pode ter e deve ter, não é? A questão do  
1416 range, a questão do desvio padrão, a questão de mais competência para os  
1417 Estados, porém a nossa equipe entende que como tomaram conhecimento  
1418 disso agora, mas já viram como um apoio, iniciativa, talvez fosse importante a  
1419 gente discutir um pouco mais sobre isso até para poder termos contribuições  
1420 do órgão do IBAMA e do Serviço Florestal Brasileiro no conteúdo dessas  
1421 propostas. Então, eu acho que isso também é consenso. Agora, temos um  
1422 problema de encaminhamento. Agora, nós estamos sem quórum, tá, nós não  
1423 temos quórum para aprovar a primeira parte do problema que seria a questão  
1424 do prazo e da avaliação preliminar. Segundo, mesmo que nós fizéssemos uma  
1425 alteração um pouco mais reducionista, teríamos que passar pela Câmara  
1426 Técnica de Assuntos Jurídicos, a reunião do Conselho é dia 29, não há tempo  
1427 útil para fazermos uma reunião do Conselho da Câmara Técnica de Assuntos  
1428 Jurídicos até o dia 29. Poderíamos até conseguir essa excepcionalidade, mas  
1429 isso vai fragilizar a nossa defesa perante ao Ministério Público, perante a  
1430 Plenária, atropelo e atropelo para uma interpretação maldosa, ou ignorante no  
1431 sentido de dizer desconhecendo o problema, criaram a flexibilização de uma  
1432 forma muito rápida. Então, a gente tem duas alternativas e aí a gente tem que  
1433 ter as alternativas com bom senso. Primeiro impasse prazo e não retrocesso, a  
1434 gente superou. O segundo é termos a possibilidade de ter algumas reuniões da  
1435 Câmara Técnica para assim com quórum confirmar a primeira decisão da  
1436 maioria dos presentes que estão aqui, porque se eventualmente tiver que ter  
1437 votação, haverá uma votação e entendo que aqui a maioria interessada está  
1438 presente. Segundo, para já aperfeiçoar um conjunto de pontos colocados pela  
1439 ABEMA, que a gente não teve a oportunidade de detalhar, estudar e nesse  
1440 sentido nós daríamos algumas contribuições para aí sim uma Resolução mais  
1441 robusta. Eu estou entendendo que a primeira fase está resolvida, é uma  
1442 questão só de votar. Uma Resolução mais robusta e reivindicarmos junto ao  
1443 CONAMA uma Reunião Extraordinária antes de março. Há informação de que  
1444 haverá uma reunião antes da Plenária de março formal para tratarmos do  
1445 Proconve, tem uma intenção, mas nós confirmaríamos, independente do  
1446 Proconve ou não, via ABEMA, e a gente se posicionaria nos órgãos federais  
1447 necessária essa Reunião Extraordinária para dar clareza ao início do ano, a  
1448 início da safra para os produtores que os acordos aqui feitos serão realizados e  
1449 faríamos, até essa possível reunião extraordinária, algumas reuniões da  
1450 Câmara Técnica para eventualmente contribuir com aqueles novos pontos que  
1451 foram apresentados aqui. Então, esse seria, digamos, acho que o  
1452 encaminhamento possível, seguro, eu entendo palatável uma discussão de  
1453 plenária, porque é importante, como disse, é a comunicação, não houve  
1454 retrocesso. Os Estados tomaram conhecimento da importância do problema,  
1455 eu acho que nessa reunião plenária, extraordinária, nós temos que fazer uma  
1456 apresentação muito bem consubstanciada, em quantos estudos entraram,  
1457 quantos que foram aprovados, quantos que não foram aprovados, o padrão de  
1458 rigidez científico na análise disso, as dificuldades operacionais em uma  
1459 inspeção industrial. Eu acho que com esse conjunto de argumentos e o não  
1460 retrocesso da redução do coeficiente, eu entendo que o bom senso irá  
1461 prevalecer e a gente conseguirá ter um bom encaminhamento da matéria.  
1462 Então, aqui restaríamos a nós agora nesse determinado momento se concorda

1463 com esse encaminhamento, a gente marcaria uma nova Câmara Técnica, mas  
1464 sem, de novo, sem retorno ao que foi decidido em relação ao prazo e ao  
1465 coeficiente. Seríamos adicionalizar aquelas outras informações que vocês  
1466 trouxeram que permitem o IBAMA e o Serviço Florestal Brasileiro fazer um  
1467 estudo mais apurado. Em discussão. Não temos nenhuma pressa já que não  
1468 temos quórum, é importante estabelecer uma estratégia clara, franca para que  
1469 possamos trabalhar no início do ano. Gente, de novo, a gente pode ter um  
1470 esforço de convocar a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, daria um dia  
1471 antes, a Câmara Técnica tem os seus ritos, pode rejeitar a matéria, se não  
1472 passar pela Câmara Técnica, certamente nós vamos ter a judicialização disso,  
1473 porque como é que a Câmara Técnica resolveu uma coisa, mas a Câmara  
1474 Técnica de Assuntos Jurídicos não aqueceu. Então, isso pode gerar uma  
1475 fragilidade que a gente pode colocar tudo que a gente está fazendo de  
1476 entendimento aqui em prol do setor, e quero registrar não flexibilizando, mas  
1477 sim tentando separar o joio do trigo e valorizando aqueles que estão fazendo  
1478 bem feito, a gente pode colocar em risco essa estratégia. Então, a gente faria  
1479 umas reuniões prevendo o indicativo de uma Reunião Extraordinária e nós  
1480 conseguimos avançar além do consenso da maioria da Comissão que foi a  
1481 análise prévia, a prorrogação do prazo e aceitação dos 45% como coeficiente.  
1482 Além disso, poderia contribuir até a Extraordinária com alguns assuntos que  
1483 trouxeram para vocês que a equipe do IBAMA, Serviço Florestal Brasileiro  
1484 achou importante avaliar melhor e colocaríamos na Plenária Extraordinária  
1485 aquilo que foi possível com esse ponto de pauta aí já consensada. Consulto os  
1486 senhores, consulto o IBAMA, que é o proponente, a ABEMA, que solicitou a  
1487 aprovação, se esse encaminhamento é razoável.

1488

1489

1490 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes) –**

1491 Ponderar aqui algumas coisas. Bem, eu acho que do ponto de vista do  
1492 encaminhamento, a gente tem..., seria forçar uma excepcionalidade na próxima  
1493 reunião, que é da semana que vem, infelizmente eu acho que é difícil isso,  
1494 porque a gente teria que abrir a excepcionalidade sem passar na CTAJ, é  
1495 complicado, sem passar aqui, porque não teria o quórum, quer dizer, é  
1496 complicado, eu acho que a gente vai acabar atropelando demais com o risco,  
1497 ainda que aprove, gere um desgaste e depois pode ter aí uma ação do  
1498 Ministério Público, ou ser mal interpretado. Então, me parece que essa da  
1499 Extraordinária para fevereiro é um encaminhamento que dá tempo de a gente  
1500 amadurecer minimamente aqui, consolidar as posições e defender com  
1501 consistência no Plenário, o prazo está apertado, mas já estamos na chuva.  
1502 Então, não tem jeito. Nessa perspectiva, o que eu queria colocar para o  
1503 IBAMA? Em relação ao primeiro ponto de a gente ter essa situação de: na  
1504 apresentação do estudo mediante uma análise prévia, aonde eu verifico a  
1505 consistência técnica do estudo, adequação dele ao Termo de Referência, eu  
1506 adoto o índice provisório de 45 e exceto se o índice proposto for 43, né, se o  
1507 estudo já vier com menos, normalmente é maior, mas pode acontecer. O cara  
1508 fala: “olha, eu quero sair de 35 para 42; então não vai ter os 45. Então, a gente  
1509 faz a redação nesse sentido, né, adoto provisoriamente os 45 e o índice  
1510 definitivo após a inspeção industrial que deverá ocorrer no prazo máximo de  
1511 180 dias. Ok. A questão que eu ia trazer era o seguinte, temos acordo nisso aí.

1512 A questão nós estávamos colocando que isso valeria até agosto do ano que  
1513 vem. O que eu ia trazer para reflexão, por que a gente está fixando agosto?  
1514 Por que a gente não deixa isso sem prazo, né? Esse faz parte do regime, quer  
1515 dizer, se o cara apresentar em setembro o prejuízo é dele, quanto mais ele  
1516 adiar para apresentar o estudo, ele fica no 35, porque eu tenho uma análise,  
1517 quer dizer, eu vou ter uma análise prévia, eu tenho uma consistência técnica,  
1518 em todo momento ok, eu vou te dar o 45, o estudo já está apontando maior,  
1519 depois é uma questão de procedimento de ir a campo, mas eu já tenho uma  
1520 análise. Então, não sei o que a gente ganha no agosto, pensando que nós  
1521 vamos estar votando em fevereiro, aí um negócio que vai vigorar só até agosto,  
1522 quer dizer, o fôlego que a gente está dando, então vamos deixar para fevereiro  
1523 e tirar esse prazo de agosto? Não, isso faz parte do processo de análise  
1524 estabelecido pelo CONAMA e ainda pode colocar assim: os Estados poderão  
1525 adotar, deixa como facultativo, quer dizer, os Estados se entenderem que  
1526 querem ser mais rigorosos em algum lugar, mas ele pode, olha feita uma  
1527 análise preliminar, você pode adotar o índice anterior, que era o de 45 até que  
1528 você conclua o procedimento em campo. Então, eu estou pensando aqui,  
1529 porque senão assim vai ser uma vitória um pouco decisivo, né, assim de pífia,  
1530 a gente vai aprovar em agosto, olha só vale em fevereiro vale para os próximos  
1531 seis meses. Está entendendo? Então, esse seria um ponto. E o outro aspecto é  
1532 a gente trabalhar nessa perspectiva da Plenária em fevereiro, aí já poderíamos  
1533 sair de hoje com uma convocação da CTFlor, talvez não tão logo para semana  
1534 que vem, dando aí uns 15 dias, é o tempo que a gente fecha essa redação,  
1535 fecha bem a ideia das faixas de rendimento.

1536  
1537

1538 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Agregam mais e a gente  
1539 analisa.

1540  
1541

1542 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** –  
1543 Das categorias, a gente consegue escrever um pouco isso, explicar melhor,  
1544 vocês entenderem e a gente trazer para a próxima reunião uma apresentação  
1545 já concreta do que seria isso.

1546  
1547

1548 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Com em relação ao prazo, eu  
1549 queria ouvir o André do IBAMA e o José Humberto do Serviço florestal  
1550 Brasileiro, o que vocês acham?

1551  
1552

1553 **O SR. ANDRÉ SÓCRATES DE ALMEIDA TEIXEIRA (IBAMA)** – Bom, só fazer  
1554 um comentário em relação a esse aspecto que vocês colocaram das  
1555 categorizações, eu acho que isso é bem importante, isso mostra que um efeito  
1556 positivo da CONAMA, o fato da gente estar aqui discutindo e evoluindo essa  
1557 matéria. Então, nós concordamos em discutir e aprimorar mais, eu acho que  
1558 essa é uma consequência das normas, elas têm que ser aprimoradas. Assim,  
1559 numa primeira análise, claro que eu tinha que conversar com a equipe, mas  
1560 temos tempo de fazer isso. Em uma primeira análise, Deusdará, eu não veria

1561 problema em que fosse uma regra se essa análise prévia do órgão ambiental e  
1562 um período de seis meses para que ele possa fazer a vistoria.

1563

1564

1565 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1566

1567

1568 **O SR. ANDRÉ SÓCRATES DE ALMEIDA TEIXEIRA (IBAMA)** – Isso.  
1569 Limitando, a princípio não veria problema e riscos. O que a gente quer é que  
1570 esses estudos sejam apresentados, o que não podemos fazer é que esses  
1571 estudos sejam adotados os seus índices antes que tenha pelo menos uma  
1572 análise prévia em relação a sua qualidade técnica, né, vocês mesmo  
1573 apresentaram dentro do processo em que vários estudos apresentados não  
1574 seguiam esse rigor técnico, vocês falaram aqui. Então, seguindo o rigor  
1575 técnico, e só depender de uma inspeção industrial, eu, a princípio, acho que  
1576 não teria problema algum.

1577

1578

1579 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1580

1581

1582 **O SR. ANDRÉ SÓCRATES DE ALMEIDA TEIXEIRA (IBAMA)** – Que é o 45%.

1583

1584

1585 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** –  
1586 Só complementando. Porque pegando um gancho aqui na fala do André, você  
1587 coloca sempre na condição normal das coisas o interesse da empresa, ela vai  
1588 ter o interesse de fazer a vistoria o mais rápido possível, porque ela quer a  
1589 diferença, ela tem o interesse de apresentar o estudo o mais rápido possível,  
1590 quer dizer, a empresa idônea, correta não ganha nada com a procrastinação,  
1591 com o atraso. Tá entendendo? Então, a gente vai estar criando os  
1592 mecanismos, mas com a rédea muito curta.

1593

1594

1595 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Perfeito. José Humberto, tem  
1596 alguma consideração? José Humberto trabalha comigo no Serviço Florestal  
1597 Brasileiro.

1598

1599

1600 **O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (SFB)** – Boa tarde a todos. José  
1601 Humberto, Gerente de Monitoramento do Serviço Florestal Brasileiro. Eu acho  
1602 que essa proposta ela traz um avanço grande, até porque uma coisa que  
1603 ninguém colocou aqui ainda e que a gente pode enfrentar é que a tendência é  
1604 que a gente tenha estudos sendo reapresentados, porque uma empresa que  
1605 eventualmente hoje trabalha com MIX de Espécies e no segundo momento ela  
1606 abre mercado para outras espécies, ela vai apresentar novos estudos para  
1607 essas outras espécies caso os índices dessas novas espécies esteja acima  
1608 dos 35. Então, essa análise prévia e ela é importante até por conta não desse  
1609 período só de transição, mas na sequência disso também, porque uma coisa

1610 que a gente vem fomentando, todo mundo vem fomentando é a introdução de  
1611 novas espécies, e na medida em que novas espécies vão sendo introduzidas, a  
1612 gente vai abrindo o campo para que essas novas espécies também venham  
1613 tendo os seus estudos apresentados. Então, o gargalo que eu vejo nos órgãos  
1614 ambientais, ele não é só nesse momento, vai ser um processo contínuo. Então,  
1615 assim, eu acho que é um avanço e uma coisa que a gente conseguiu, não  
1616 conseguiu em 2011, mas conseguiu na 474, é botar isso na pauta, na agenda  
1617 tanto das empresas, dos técnicos, dos Estados, porque a gente vem vivendo  
1618 com esse problema de trabalhar com a dificuldade entre o real e o que é  
1619 estabelecido, ou o que é jogado no âmbito do controle, isso dificulta a  
1620 fiscalização, isso dificulta o trabalho do licenciamento de cada indústria em  
1621 função do seu MIX de Espécies, em função do seu MIX de produtos. Então, a  
1622 gente vai passar e na medida em que a gente informatiza esse processo, muito  
1623 em breve a gente vai ter informações estatísticas muito relevantes para a gente  
1624 estar discutindo isso aqui num outro patamar. Eu acho que é flexibilizar prazos,  
1625 ele não traz prejuízo, a gente só traz ganhos, porque senão concordo, daqui a  
1626 pouco em agosto a gente estaria aqui discutindo de novo mudança de prazo,  
1627 porque a gente vai estar aí com os Estados sobrecarregados em relação a  
1628 esses estudos.

1629  
1630

1631 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado André, obrigado  
1632 José Humberto, obrigado Justiniano. Eu acho que a gente está caminhando  
1633 cada vez mais para uma situação...

1634  
1635

1636 **A SR<sup>a</sup>. ROSE CRISTINE QUEIROZ CHAVES (SEMAS/PA)** – Nesse sentido só  
1637 para complementar. Isso tem sido a nossa realidade, nós temos empresas que  
1638 já estão no terceiro estudo justamente em virtude da disponibilidade de  
1639 espécies. Então, ela começou, ela apresentou primeiro para duas espécies,  
1640 depois adicionou no seu catálogo mais duas. Então, o que a gente tem  
1641 comentado no nosso grupo? Análise de tudo de estudo de rendimento vai ser  
1642 algo corriqueiro, seja para as empresas que nunca apresentaram, seja para as  
1643 que vão adicionando espécies no seu catálogo. É uma realidade de fato.

1644  
1645

1646 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – E aí de novo a comunicação  
1647 para o bem da floresta, né, a gente não fala tanto do manejo florestal  
1648 sustentável, tanto que tem que viabilizar as espécies não conhecidas, que a  
1649 gente tem que... Então, assim, do fundo a gente não sabe é comunicar, né, a  
1650 gente perde muito na comunicação, mas isso é manejo sustentável na veia, é  
1651 usar com conhecimento e valorizar a floresta. Bom, nós temos que ter essa  
1652 redação 5 dias antes da convocação da nova Câmara Técnica, e se meus  
1653 colegas do IBAMA e do Serviço Florestal permitem, e dado esse entendimento  
1654 que foi feito... Não, antes do calendário. Vocês fariam a proposição da redação  
1655 dentro desse entendimento nosso? Essa redação teria que chegar 5 dias  
1656 antes, úteis, com o compromisso dos que estão aqui presentes, por favor, não  
1657 reinventem a roda, houve um processo de diálogo, a gente tem o foco na  
1658 redação, quer dizer, trocar “mas” por “todavia”, vai lá, mas não mexer no

1659 conteúdo e dizer: agora o entendimento é que tem que ser esse, o  
1660 entendimento tem que ser aquele, porque só vai reabrir a negociação na  
1661 Câmara Técnica e a gente vai postergar em prejuízo várias pessoas que estão  
1662 esperando a solução coerente saírem da gente, porque a gente não conseguiu  
1663 colocar na redação o entendimento nosso. Então, eu entendo, se o IBAMA me  
1664 permite, e o proponente como a ABEMA faria essa redação dentro desse  
1665 entendimento que foi colocado aqui, essa redação tem que chegar 5 dias antes  
1666 da convocação da Câmara Técnica, a gente vai escolher agora, e nessa  
1667 próxima convocação da Câmara Técnica, tanto nós Serviço Florestal Brasileiro,  
1668 quanto o IBAMA, traríamos algumas sugestões e colaborações a respeito  
1669 daquele segundo ponto que a gente dividiu, que são pontos relacionados a  
1670 mais autonomia para o Estado, categorias e coisas do gênero para ver se a  
1671 gente consegue incorporar mais sugestões da Câmara Técnica para uma  
1672 futura Reunião Extraordinária da Plenária, que a gente quer que aconteça  
1673 antes de março.

1674

1675

1676 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes) –**  
1677 Como o tema é prioritário para nós, nós nos comprometemos de até sexta-feira  
1678 entregar uma versão de redação já consenso dos Estados, tá, com esse ponto  
1679 e com os demais já, a questão das faixas é o primeiro que já está consenso e  
1680 os demais é argumentação.

1681

1682

1683 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) –** O primeiro ponto, eu estou  
1684 dando como já resolvido, tendo o entendimento..., óbvio tem que ter redação.  
1685 Assim, então, a redação que espere isso.

1686

1687

1688 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes) –**  
1689 Mas tem que ter a redação, né? E a gente já sugere as demais fazendo,  
1690 inclusive, uma pequena justificativa, quer dizer, aí talvez bem antes até da  
1691 convocação, de modo que até antes da convocação, o IBAMA já pode passar  
1692 de olho, já sugerir uma pincelada aqui e ali, quanto mais harmônico a gente já  
1693 convocar, melhor é. Sem prejuízo de no dia fazer mais alguns retoques.

1694

1695

1696 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) –** Sim, isso não tem problema  
1697 nenhum. Eu só não quero fazer retoques no primeiro entendimento. Sabe  
1698 retoques de redação, topologia, alguma coisa dessa tipo, porque se a gente for  
1699 votar, agora não concordamos mais com isso, concordamos com aquilo, não  
1700 tem problema nenhum, eu vou ficar reunindo com vocês, a gente vai ficar muito  
1701 amigo, mais amigo ainda, até agosto de 2018 se a gente sobreviver até lá, né?

1702

1703

1704 **A SR<sup>a</sup>. ROSE CRISTINE QUEIROZ CHAVES (SEMAS/PA) –** Deusdará, só um  
1705 complemento. No tocante à redação tem que ficar muito claro para quem é  
1706 esse 180 dias, porque considerando a dificuldade dos órgãos ambientais, pode  
1707 ter órgão ambiental que não consiga. Então, que esses 180 dias seja o prazo

1708 para o empreendedor sinalizar a disponibilidade de toras, para não ficar o  
1709 prazo de 180 dias, porque senão eles vão entender que é 180 dias também  
1710 para o órgão ambiental ter validado o processo.

1711

1712

1713 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Isso é importante, mas o Dr.  
1714 Justiniano não é douto, data vênha à toa.

1715 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** –  
1716 Eu tinha entendido errado mesmo.

1717

1718

1719 **A SR<sup>a</sup>. ROSE CRISTINE QUEIROZ CHAVES (SEMAS/PA)** – Pois é, é para  
1720 deixar claro para a Plenária.

1721

1722

1723 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Tomar cuidado, porque se  
1724 não fica aprovação por decurso de prazo. Disse que o Mato Grosso não foi.  
1725 Então, está aprovado. Cadê os meus 10% de excedente? Cadê os meus 15%  
1726 de excedentes?

1727

1728

1729 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** –  
1730 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível). A empresa viabilizar as condições*  
1731 *para que a inspeção de campo ocorra.*

1732

1733

1734 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Exato. É isso André? É isso  
1735 José Humberto? Ok? Vamos escolher uma data?

1736

1737

1738 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes)** –  
1739 Não pode ser semana que vem, né?

1740

1741

1742 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Semana que vem também a  
1743 gente não tem tempo.

1744

1745

1746 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Pode ser  
1747 até, em geral a experiência da gente, é até a primeira quinzena de dezembro a  
1748 gente consegue fazer reunião.

1749

1750

1751 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – É. para mim seria ideal  
1752 também.

1753

1754

1755 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – E o que  
1756 eu preciso, então? Os documentos estejam com a gente já na versão final até

1757 antes de eu convocar. A gente convoca com quinze dias, poderia convocar  
1758 excepcionalmente com cinco dias úteis, mas já que nós estamos pensando que  
1759 precisa de um tempo um pouco elástico, eu pergunto aqui qual dia que seria?  
1760 Eu imagino nessa semana de 13 e 14 de dezembro, e talvez um dia só, porque  
1761 o grosso da reunião, a questão técnica já vai estar mais amadurecida.

1762

1763

1764 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes) –**

1765 Eu proporia no dia 13, a quarta-feira. Na verdade, eu estou de férias em  
1766 dezembro, mas meu calendário já está até dia 15.

1767

1768

1769 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) –** Olha, sinceramente a partir  
1770 do dia 14 estou saindo a noite. Qualquer coisa antes do dia 14 é bom.

1771

1772

1773 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1774

1775

1776 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** É só o  
1777 Estado mandar. Por que o que acontece? Agora, você tem titulares e suplentes  
1778 já definidos, o ano que vem vai mudar os titulares e suplentes, a cadeira de  
1779 qual Estado que é. Agora, é só o Estado mandar. O Governo do Pará, o  
1780 Conselheiro do Governo do Pará tem que mandar a substituição. Tranquilo, a  
1781 Câmara Técnica. Então, se nós estamos fechando 12 ou 13.

1782

1783

1784 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes) –**

1785 Isso vale para os demais membros, por exemplo, se a Fundação Zoobotânica  
1786 de Marabá indicar um outro cidadão que seja mais assíduo? *(Intervenção fora*  
1787 *do microfone. Inaudível).*

1788

1789

1790 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Vale o  
1791 Conselheiro. A regra é assim... É mais ou menos assim, a regra é, o  
1792 Conselheiro é indicado pelo Presidente ou pelo Governador e etc., o Presidente  
1793 da Instituição; o membro da Câmara Técnica é indicado pelo Conselheiro.  
1794 Então, no caso é o Conselheiro do Pará que indica. Ok, está bom, é isso aí.  
1795 Então, nós estamos fechando dia 13. Então, a convocação vai lá para  
1796 novembro, a convocação tem que sair... Volta novembro Henrique, por favor.  
1797 Olha só, a convocação, aí dá problema de passagem e etc., eu acho que  
1798 podemos convocar dia..., espera aí, hoje é dia 21. Agora dezembro, Henrique.  
1799 Eu tenho que convocar no dia 7 de dezembro, tá? Opa! Espera aí, não, contei  
1800 tudo errado. Gente, contei errado. Espera aí, contei errado. Então, eu convoco  
1801 dia 28, sim, mas a questão eu tenho que dizer que os documentos estarão...,  
1802 eu não posso convocar sem os documentos e aí digo que os documentos, a  
1803 nova proposta é..., eu não vou dizer que a nova proposta emendas a redação  
1804 serão apresentadas e disponibilizadas até 5 dias úteis antes disso, mas eu  
1805 quero combinar com vocês o que são os 5 dias úteis antes disso. Então, até o

1806 dia 4 de dezembro, que é para termos uma pequena margem, está bem?  
1807 Então, eu vou fazer a convocação, como é época de férias, a gente convoca  
1808 logo e digo que os documentos, emendas serão apresentadas pelos Estados  
1809 até 5 dias úteis até o dia 4. Combinado?

1810  
1811

1812 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes) –**  
1813 *Então, a gente combina no dia 23 de novembro, 23 ou 24, sexta-feira agora, a*  
1814 *gente disponibiliza, mas digamos segunda e terça Serviço Florestal e IBAMA*  
1815 *fazem uma análise e aí pronto, já comunica com a gente e já disponibiliza.*

1816  
1817

1818 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) –** Vamos. Eu estou gostando  
1819 do encaminhamento assim, na primeira parte já tem o entendimento e aí eu  
1820 queria pedir uma especial gentileza dos membros da Câmara e dos convidados  
1821 que comunicasse isso de uma forma muito serena para não evitar..., eu sei que  
1822 tem gente aqui da área industrial, gente que está com parte envolvida no dia a  
1823 dia (...) que está esperando esse tipo de solução, que comunicasse com  
1824 cautela para evitar reação antes da decisão tomada. A gente sabe aí a pressão  
1825 legítima que o Estado do Mato Grosso está fazendo, que a ABEMA está  
1826 fazendo, mas eu acho que assim, se a gente errar na comunicação, nem esse  
1827 pequeno ponto a gente vai conseguir superar, eu acho que é uma coisa que a  
1828 gente tem que guardar cautela, avaliar o impacto, entender que isso é uma  
1829 adequação da Resolução, antes que a gente seja criticado por uma decisão  
1830 que a gente nem foi tomada ainda e que a gente está seguindo todo rito. E a  
1831 segunda recomendação é que nessa incorporação de novas sugestões, que a  
1832 gente também não tente ser muito sofisticado, que a gente faça o que for  
1833 possível e que além do que for possível, aquilo que também novamente nós  
1834 possamos comunicar de uma forma muito consistente na Plenária para não  
1835 parecer que a gente está colocando os famosos jabutis aí dentro de uma  
1836 Resolução do CONAMA. Se não é essas duas recomendações, eventualmente  
1837 se algum outro comentário a respeito do encaminhamento?

1838  
1839

1840 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes) –**  
1841 Eu queria só ver com a Adriana, a gente pensar os passos seguintes, quer  
1842 dizer, em aprovando, quando que a gente poderia? Em aprovando no dia 13 na  
1843 CTFlor, aí precisamos ir para a CT AJ, o que seria uma perspectiva de reunião  
1844 da CT AJ para depois pensarmos em fevereiro na Extraordinária. Só para a  
1845 gente...

1846  
1847

1848 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Então,  
1849 vamos o calendário de janeiro, Henrique. Eu imagino sempre segunda  
1850 quinzena, a gente pode é claro diz aí: Feliz Natal, boas festas e já anuncia que  
1851 vai ter reunião em janeiro. Isso a gente já fez e com isso os segmentos se  
1852 organizam. A questão é que a gente tem renovação na composição e aí você  
1853 tem uma coisa que está um pouco atropelada tem que pensar um pouco mais,  
1854 eu prefiro pensar em reunião da CT AJ para o final de janeiro, exatamente

1855 porque tem que ter um passo a passo da composição das Câmaras, porque a  
1856 gente tem uma margem, a gente está pensando na hipótese de uma Plenária  
1857 Extraordinária. Então, a CTAJ não é o que pega, porque a CTAJ tem que se  
1858 reunir quinze dias antes desta Plenária. Então, a gente tem uma margem,  
1859 entendeu? Assim, é mais importante a gente pensar em dar...

1860

1861 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes) –**  
1862 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1863

1864

1865 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –**  
1866 **Exatamente.**

1867

1868

1869 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) –** Aí eu tenho uma  
1870 recomendação para a gente fazer conjunto. Vamos resolver essa data, depois  
1871 eu tenho uma recomendação que pode ser feita.

1872

1873

1874 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Eu acho  
1875 que o principal é isso. A CTAJ, a gente consegue fazer final de janeiro, não  
1876 precisa ser tão no meio de janeiro. Entendeu?

1877

1878

1879 **O SR. JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO (Programa Municípios Verdes) –**  
1880 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1881

1882

1883 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Essa vai  
1884 ser uma matéria de mérito, essa vai ser uma matéria essencialmente de mérito  
1885 técnico, não é uma questão jurídica. Então, para eles, diferente de marcação  
1886 de animais, que o João Carlos acompanhou, tem coisa que tem muita a  
1887 questão que envolve outras legislações. Isso aqui que está sendo alterado é  
1888 uma questão de mérito técnico.

1889

1890

1891 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) –** Aí é só acertar na redação  
1892 para evitar... Acompanhado o pessoal do Mato Grosso, só acertar na mão para  
1893 evitar duplicações. Vamos combinar agora a Extraordinária.

1894

1895

1896 *(Pausa).*

1897

1898

1899 **O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA) –** Não havendo mais nenhuma  
1900 consideração, declaro encerrada a Reunião da Câmara Técnica de Assuntos  
1901 Florestais e aproveito para agradecer todas as participações durante o dia de  
1902 hoje. Muito obrigado gente. Boa viagem de retorno para vocês.